

ACTA N.º 4
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, pelas vinte horas, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2005.11.21 e 2005.11.23; -----

2 – Discussão e aprovação de alterações ao Regimento; -----

3 - DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

3.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2006; -----

3.2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006; -----

3.3 – Construção do Cemitério de Luriz – Campo, Valongo – 1ª Fase – Resposta ao Tribunal de Contas – Aprovação do novo plano de pagamentos; -----

4 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes também o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernando Melo, o Senhor Vice-Presidente Bach. João Queirós, os Senhores Vereadores Dr. Miguel Santos, Eng. José Luís Pinto, Eng. Mário Duarte, Eng.º António Gomes, Sr. Jorge Videira e Dr. Ilídio Lobão. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alfredo Costa Sousa, António Fernando Monteiro, Henrique Jorge Campos Cunha, José Carvalho da Rocha e Ventura de Almeida, sendo substituídos, respectivamente, por Eusébio Manuel da Fonseca, António Moreira Pedro, Alexandre Manuel da Silva Teixeira, José Manuel de Abreu Carvalho e Maria Esmeralda Correia de Carvalho. -----

Faltou o Membro da Assembleia António Fernando Correia Monteiro, não tendo apresentado pedido de substituição. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: deu início à sessão. -----

O Senhor **Segundo Secretário Olívio Alexandre Amador Cruz**: procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: designou o Senhor Deputado José Fernando dos Santos Castro para substituir, na Mesa, o Senhor Primeiro Secretário, Henrique Jorge Campos Cunha. -----

De seguida deu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo**: fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas**: fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: disse que não lhe fizeram chegar a distribuição de Pelouros da Câmara como tinha solicitado na anterior Assembleia. -----

De seguida fez a leitura de uma Proposta de constituição de uma Comissão Municipal que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares:** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves:** para orgulho de todos os municípios, a Câmara Municipal de Valongo foi galardoada com mais um prémio que vem reconhecer o mérito e os feitos atingidos pelo executivo liderado pelo Dr. Fernando Melo. Desta feita à Câmara Municipal de Valongo foi entregue no passado dia dezasseis de Dezembro, o Prémio Nacional de Excelência Autárquica, que veio evidenciar uma vez mais a qualidade na governação do nosso Município. -----

Como resultado do concurso de boas práticas de modernização administrativa autárquica, o prémio referido visa distinguir a entidade que tenha a melhor prática com base na sua qualidade, exemplaridade e originalidade, com o objectivo de identificar, homologar e premiar práticas de modernização administrativa autárquica, que sejam exemplares, referenciais e inovadoras, e ainda promove-las e adopta-las através da sua divulgação. -----

Deste modo a Direcção geral das Autarquias Locais atribuiu o prémio nacional de Excelência Autárquica referente ao ano dois mil e quatro à Autarquia de Valongo referente ao projecto da Agência Para a Vida Local, este projecto que funciona desde Março de dois mil e três, e que conta já com uma profunda implementação junto dos cidadãos do concelho, e assim sendo, pretende disponibilizar, gratuitamente, junto destes um conjunto de serviços inovadores, com a finalidade de promover a cidadania activa, a igualdade de oportunidades e a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e social de cada um. Para tal, a Agência dispõe de vários serviços, entre eles está o Espaço Infantil Imediato, existe, em Valongo e Ermesinde, sendo um serviço inédito, permite acolher crianças durante curtos espaços de tempo, com o objectivo de criar alguma flexibilidade aos pais enquanto se movimentam no centro das duas cidades, só em Novembro mais de quinhentas crianças passaram por estes espaços, ainda o Banco do Tempo em que se proporcionam trocas de serviços, uma pessoa poderá prestar determinado serviço em que se sinta mais disponível e usufruir daqueles em que seja mais carente, ainda outras iniciativas como o Clube de Emprego e Formação, o Serviço do Cidadão e do Consumidor, Cursos de Formação Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente, para jovens e seniores e o Centro Local de Apoio ao Imigrante entre outros. -----

Com todas estas razões apresentadas compreendemos, agora, melhor, o funcionamento da Agência Para a Vida Local, e o porquê da atribuição deste tão honroso prémio ao nosso Município. Improvisar, atingir a igualdade de oportunidades bem como privilegiar a vida privada e a vida profissional dos seus municípios merece a Câmara Municipal de Valongo e o seu projecto da Agência para a Vida Local o nosso aplauso, que é maior ainda por ser capaz de ser reconhecido nacionalmente e assim, mais uma vez, paralelamente a tantos outros prémios, promover a imagem de Valongo no resto do país como um concelho desenvolvido, inovador e de futuro. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano:** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

A Senhora **Deputada Maria Esmeralda Correia de Carvalho:** a freguesia de Ermesinde na última semana, de Natal, foi confrontada com os paquímetros que parece que nasceram da noite para o dia, perguntava o seguinte, se por este andar nós qualquer dia, saber se, vamos pagar portagem para entrar em Ermesinde, é

apenas uma pergunta, gostava de ser esclarecida. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**: começaria por responder ao Senhor Deputado Luís Azevedo, realmente a União Desportiva Valonguense é uma nossa preocupação, como é nossa preocupação todos os clubes desportivos do Concelho, e não só o futebol, ténis, natação, ginástica, futebol, etc. A União Desportiva Valonguense, como deve saber, tem tido um apoio da Câmara Municipal de Valongo, já há bastante tempo, e continua a ter, nomeadamente naquilo que referiu. Deslocações dos atletas para o campo, que o Senhor disse que é alugado, e é verdade, tem sido os transportes fornecidos pela Câmara Municipal de Valongo. Para além disso estamos a fazer obras, efectivamente, para um campo de treinos do Valonguense, que o Valonguense irá utilizar, estamos a fazê-lo com meios próprios e contamos que dentro de pouco tempo o campo de treinos esteja em condições de ser utilizado para treino, julgo que durante o próximo mês de Janeiro estará concluído. -----

Mas, como disse, a União Desportiva Valonguense e o Futebol não é a única preocupação em termos desportivos, todas as Associações são nossa preocupação, e como é evidente não conseguimos apoiar todos como, com certeza, mereciam, mas são muitas, as modalidades são muitas, e estamos a fazer os possíveis por ajudar todas as colectividades, entre as quais o Valonguense. -----

Relativamente à sua questão do atraso nas obras da Rua do Padrão, responsabilidade das Águas de Valongo, foi uma questão que os Vereadores do Partido Socialista já levantaram na última reunião do executivo, e nesse próprio dia questionei as Águas de Valongo, e tanto quanto sei já houve intervenção nestes últimos dias nessa rua e, portanto, estou convencido, também, por mais alguns dias será concluída a regularização, digamos assim, dos problemas que estavam a surgir na rua do Padrão e na outra rua a seguir. -----

Estas questões foram mais directamente colocadas pelos Senhores Deputados, também relativamente à questão do Senhor José Deolindo Caetano quase que diria a mesma coisa, o futebol sénior do Sport Clube de Campo é também uma nossa preocupação, e a Câmara também está a ajudar, e está a ajudar pelo menos na questão do projecto que o clube apresentou, aqui na Câmara, para ampliação do recinto desportivo e a Câmara está a colaborar com o técnico responsável pelo projecto para encontrar uma solução equilibrada para resolver o assunto. -----

Não é nossa responsabilidade, e isso também direi relativamente à União Desportiva Valonguense, não é uma obrigação da Câmara construir estádios de futebol para os clubes, não é uma obrigação, agora sentimos que a Câmara tem que os apoiar, e está a fazê-lo à medida das nossas possibilidades. -----

Relativamente a mais duas questões levantadas pelos Senhores Deputados, um breve comentário, só, ao Dr. Arnaldo Soares, sobre a Moção do IC24, como o Dr. Arnaldo Soares, enquanto Presidente da Junta de Freguesia, sabe, também, a Câmara está preocupada e já o tem demonstrado, temos tido reuniões conjuntas com algumas das entidades que o Presidente da Junta de Alfena referiu sobre este assunto, portanto é um assunto que está a ser tratado pela Câmara e também pela Junta de Freguesia, só fazia aqui uma pequena sugestão, estou de acordo com a Moção que apresentou, mas gostaria que a Assembleia apoiasse não só a Junta de Freguesia mas também a Câmara Municipal nestas reivindicações, portanto é uma sugestão que eu faço, a Assembleia pronunciar-se-á depois. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**: relativamente à questão dos parquímetros a resposta é a seguinte, os parquímetros que foram recentemente colocados em Ermesinde, foram colocados dentro do perímetro previsto inicialmente para colocação dos parquímetros. Não foram inicialmente colocados porque houve um conjunto de ruas novas em Ermesinde, e o facto de ter havido obras impediu numas ruas terem sido colocados e noutras por serem ruas de escassa dimensão, entendeu-se que se colocava todos de uma só vez só, quando as ruas estivessem todas prontas. Ficaram prontas agora, recentemente, há um mês aproximadamente, as ruas, e portanto algum tempo depois foram instalados. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós**: relativamente à questão colocada pelo Senhor Dr. José Manuel Ribeiro, quanto à não comunicação dos pelouros, penitencio-me em nome da Câmara, foi um mero lapso, e eu vou explicar porquê, entendemos que o pedido que fez via Assembleia Municipal, para a Senhora Presidente, que depois não fez chegar, mas o lapso não foi dela, foi nosso, comprometo-me amanhã mesmo tratar do assunto e fornecer-lhe os pelouros distribuídos aos Vereadores. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação a admissão do Moção apresentada pelo Senhor Deputado Arnaldo Pinto Soares, anexa à presente acta como Doc.4, sendo admitida por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a admissão da Proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Manuel Pereira Ribeiro, anexa à presente acta como Doc.3, sendo admitida por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à discussão a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Arnaldo Pinto Soares, anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**: o Senhor Vereador já se referiu à Moção, mas eu estava à espera do momento oportuno, de facto, de referir que a Câmara Municipal, no início e através do Senhor Vereador responsável, Eng.º Mário Duarte, tem estado connosco, fizemos pouco tempo depois da tomada de posse da Câmara, como da Junta, estivemos no local, há mais de um mês, com um conjunto de técnicos responsáveis da Mota Engil, da Lusoscut e da Portuscale, onde levantamos todas as questões que achamos importantes na altura. Mas, de facto, estamos preocupados, eu tenho feito sentir isso ao Senhor Eng.º Mário Duarte, com a pressa, que foi bom, na abertura do IC24, mas estamos agora preocupados com a lentidão dos arranjos exteriores. -----

E como os Alfenenses vivem fora do IC24, e não no corredor do IC24, nós estamos preocupados com aquilo que neste momento se está a passar, e aquilo que venho aqui pedir, e com certeza a Câmara Municipal está, também, no mesmo pé, acho muito bem que as preocupações que aqui estão expressas, da Junta de Freguesia, a estas preocupações se juntem as da Câmara. -----

Estamos preocupados porque há um conjunto muito importante de obras complementares, nomeadamente, na rotunda, no atravessamento do Alto de Vilar para o centro da freguesia, na zona da Senhora do Amparo, que há casas isoladas, quando chove há linhas de água que foram cortadas, há pântanos autênticos, há charcos que impedem as crianças de ir para a escola, há bastantes ruas danificadas, o que nós queremos, e vimos aqui pedir, em nome da Junta de Freguesia, e neste caso a Câmara Municipal também está a solicitar o mesmo, é pedir o apoio o voto da Assembleia Municipal a estas petições. -----

Porquê? Porque já começa a haver sinais de impaciência na população, e com toda razão, porque vêm os carros passar a cento e vinte, mas a qualidade de vida deles diminuiu e isso não pode acontecer, estamos a falar de progresso, estamos a falar de evolução, não estamos a falar de degradação, nós estamos do lado de fora. A população começa a ficar impaciente, e começa a falar em medidas que são muito pouco ortodoxas, mas que eu compreendo, que eu entendo, que eu apoiarei sem qualquer entrave, sem qualquer medo, apoiarei caso aquilo que se vai fazendo, sucessivos ofícios, sucessivas demarches que se vão fazendo junto das entidades competentes não forem obtendo eco. -----

Por isso, aquilo que eu peço é o vosso voto, o vosso apoio, para junto destas entidades, mais uma força para que os problemas do IC24 que ainda tem por resolver em Alfena, os resolva o mais rapidamente possível. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Arnaldo Pinto Soares, anexa à presente acta como Doc.4, sendo aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão a Proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Manuel Pereira Ribeiro, anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**: não pondo em causa, como é natural, a bondade da criação desta Comissão Municipal, dado o escasso tempo que tive para ler o documento, consegui identificar, efectivamente, um parágrafo onde se pretende apresentar uma justificação objectiva para a criação desta Comissão. É um parágrafo que eu vou ler para enquadrar a minha intervenção: “Tendo presente, que decorridos 5 anos de concessão dos serviços, nunca foram fornecidos à assembleia municipal quaisquer documentos relativos ao processo de execução da mesma, nomeadamente Relatórios de Contas da Concessionária Águas de Valongo – S.A., bem como Relatórios de Fiscalização efectuados pelos SMAES, como ficou previsto no Contrato de Concessão”. Ora, eu não sei se, efectivamente, estamos aqui a discutir uma questão, que é criar uma Comissão para coisas que os Senhores Deputados, hoje em dia, têm toda a legitimidade para pedir, quero que nos forneçam dados. Eu até acho que, isso, perdoar-me-ão eventual ignorância que é possível, mas os próprios relatórios de contas de uma Sociedade Anónima não será muito difícil obter-los, se isso é assim uma questão tão importante. Eu penso, que faz todo o sentido, que no âmbito do trabalho parlamentar, o próprio Grupo Municipal do Partido Socialista constitua ou tenha alguém internamente que faça análise destes documentos. Efectivamente, isto é o que no enquadramento da Concessão, este é o trabalho do Conselho de Administração dos SMAES, vamos fazer o quê uma Comissão a substituir o Conselho de Administração dos SMAES? Isto parece-me uma coisa, efectivamente, muito pouco clara. Porque, efectivamente, isso está enquadrado, nomeadamente, se efectivamente, a Assembleia, ou os Senhores Deputados o que pretendem é que, e eu vou utilizar os termos que aqui estão, dando uma nova forma: Como ficou previsto no contrato de concessão sejam entregues, ou sejam comunicados, à Assembleia Relatórios de Fiscalização efectuados pelos SMAES, parece-me perfeitamente legítimo, agora estar a criar uma Comissão, composta por Membros da Assembleia, cujo único objectivo que eu consigo ler aqui, e perdoem-me estar a dobrar, mas efectivamente o objectivo é obter documentação, isto é tudo subjectivo, obter documentação a legitimidade existe, é fazer um requerimento à Mesa pedir os documentos e eles serão entregues. De resto, efectivamente, como digo, o tempo foi escasso, recebemos

agora o documento para ler, o preâmbulo é volumoso, a conclusão também, a justificação é que parece-me bastante curta. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: esta proposta é uma proposta muito clara, cumpre, aliás, as disposições do regimento sobre a criação de Comissões, estabelece qual é o âmbito e o prazo de funcionamento. -----

Esta Assembleia Municipal fiscaliza a actividade, nomeadamente, dos Serviços Municipalizados, nunca em cinco anos de concessão os Serviços Municipalizados fizeram chegar qualquer informação. A proposta é muito clara, uma Comissão Municipal de acompanhamento com o tempo de duração de um mandato e que de seis em seis meses fará um relatório à Assembleia. -----

A grande questão que surge da intervenção do Deputado João Paulo Baltazar, que me antecedeu, é a questão, qual é o medo da avaliação? Esta Assembleia Municipal tem o poder, teve o poder há cinco anos, obrigatório, de ratificar um contrato de concessão, então, não tem o poder de avaliar e acompanhar? -----

Eu tenho aqui uma cópia de um documento da Comissão Europeia sobre os Serviços de Interesse Económico Geral, e que faz uma abordagem à avaliação dos Serviços de Interesse, que é este caso, fornecimento de água, e é muito claro, a avaliação de Serviços de Interesse Geral, estão incluídos os Serviços de Interesse Económico, como é o fornecimento e abastecimento de água, está intrinsecamente associado à avaliação dos desempenhos dos sectores que os prestam, estes desempenhos traduzem-se em benefícios quantitativos e qualitativos para utilizadores e consumidores, e por conseguinte a insatisfação acrescida para estes. -

Eu fico espantado, qual é o mal de propor a criação de uma Comissão, se fosse para pedir os documento naturalmente que não era proposta uma Comissão, mas já agora digo aos Senhores Deputados que nos anos que levei como Vereador na Câmara Municipal de Valongo pedi várias vezes os Relatórios da Empresa em causa e nunca me foram fornecidos. Portanto, a questão é muito simples, uma proposta muito objectiva, criar uma Comissão de Estudo, Acompanhamento e Avaliação do contrato de concessão, e agora os Senhores Deputados vão-se pronunciar ou a favor ou contra. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**: relativamente a esta proposta, apresentada pelo Partido Socialista, eu julgo por uma questão de cumprimento do regimento essa proposta terá que entrar na ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal, a formação dessa proposta, vamos aqui dar o acordo, na próxima Assembleia Municipal essa proposta entre para ser votada a sua constituição, dessa comissão, julgo que será assim que se faz o cumprimento do regimento. -----

Relativamente à proposta em si, ou ao teor em si, eu acho que ela peca por tardia, no meu ponto de vista, e peca por tardia, porquê? Porque, e mais à frente, quando for para discutir o Orçamento, eu vou questionar algumas dúvidas que eu tenho neste relacionamento Câmara – Águas de Valongo, por isso, como eu tenho dúvidas, e bastantes dúvidas, deste relacionamento, eu acho que esta Comissão, tem o sentido não de ser um Tribunal de Contas, ou por aí, pelo menos para algumas dúvidas que eu tenho, e que alguns Deputados têm, essa dúvidas sejam clarificadas, e ainda bem que o Partido Socialista quando está na Vereação se tem abtido nas questões de formações destas, e da concessão destes serviços, mas agora a Assembleia Municipal dá mais ânimo, e acho muito bem, porque a questão da água não pode ser o petróleo do século XXI. É uma questão séria e acho que

esta Assembleia Municipal deve discutir esta questão da água, deve discutir porque há muitos de nós que se calhar, há coisas que se passam, não estou a dizer que são legais ou ilegais, mas coisas que se passam, quando a gente atribuiu a concessão das águas se calhar não estava a ver o fundamental, onde isto chegou, já na criação das Águas de Valongo, por isso eu sou favorável a essa proposta de criação da Comissão, só que terá que ter de entrar na próxima ordem de trabalhos da próxima Assembleia. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro:** só para fazer aqui um pequeno esclarecimento em defesa da honra. O Partido Socialista em sete de Julho de dois mil, votou contra a adjudicação à Compagnie Générale des Eaux, na altura, deste contrato de concessão, era só este pequeno esclarecimento. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira:** de ignorância em ignorância, também é a minha vez de perguntar o que é que faz relativamente ao contrato de concessão das Águas, o actual Conselho de Administração dos SMAES? O que é que ele discute? O que é que sabe a Câmara sobre a actividade dos elementos dos Conselho de Gestão dos SMAES, relativamente à concessão das Águas de Valongo? Se isso fosse possível, um dos Vereadores nos explicasse, poderia até ser interessante que os elementos desta Assembleia, e nomeadamente o Dr. José Manuel Ribeiro, soubesse o porquê de não lhe ter sido enviado o Relatório, e o porquê de só agora, como diz o Sr. Caetano, a proposta pecar por tardia, se calhar é uma falsa questão, ou então podemos estar perante alguma coisa que a Câmara, ou andou distraída, ou os SMAES, a meu ver, não existiram a não ser no papel. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos:** é evidente que este assunto, vamos ter, provavelmente, eu vou ter oportunidade de tecer uma intervenção quando chegar à parte do orçamento dos SMAES. É só uma pequena rectificação porque não percebi muito bem a posição do Partido Socialista, eu quero dizer que no dia quinze do onze de noventa e nove, julgo que foi a data da Assembleia Municipal que tratou desta situação, da concessão dos Serviços, o Partido Socialista votou contra e apresentou um documento escrito a dizer isso, portanto que fique isso assente. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano:** acho que devíamos aproveitar o tempo, eu pus esta questão fundamentada, e fundamentada num documento que hoje os líderes receberam, e que mais um contrato de concessão em que foi feita, uma das questões que mais à frente eu vou levantar, os Vereadores do Partido Socialista nesse contrato abstiveram-se, foi só por isso. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar:** só para explicar, relativamente à minha intervenção, eu não coloquei qualquer dúvida sobre a legalidade da proposta, é obvio que eu comecei por dizer, inclusive nem sequer a bondade da proposta pus em causa, portanto a questão da legalidade eu nem esperava que ela não fosse bem fundamentada. Aliás, por isso mesmo é que eu digo que, efectivamente, o documento contém muita fundamentação legal, um preâmbulo extensíssimo, e depois em termos de objectivos é, no que podia ser claro, é mais sucinto que claro por isso para mim perfeitamente vazio. -----

Quanto à questão o poder de avaliar e acompanhar, primeiro queria-lhe dizer Senhor Deputado que isto não tem nada a ver, eu não vejo fantasmas e gostava que o Senhor também não visse. O poder de avaliar e acompanhar é perfeitamente legítimo a qualquer elemento da Assembleia Municipal, ou Grupo Municipal, aqui representado. A única questão que nós colocamos em causa, e que eu

pessoalmente coloco em causa, na minha intervenção, é a necessidade de se criar uma comissão para fazer uma coisa que os senhores deviam fazer já há muito tempo, eu nunca vi aqui nenhuma intervenção de nenhum elemento do seu Grupo Municipal a pedir estes documentos e que lhe tenham sido recusados, tenho pena que efectivamente a si como Vereador não lhe tenham sido fornecidos. Mas, é prática nesta Assembleia, e aí, eventualmente, esta assembleia até funciona muito bem, normalmente, com mais ou menos atraso os documentos que são solicitados serem entregues. Portanto, eu acho que se calhar faria todo o sentido e uma vez que eventualmente, o ponto até vai ser colocado mais para a frente, gostava de ver o Senhor Deputado solicitar esses documentos e depois sobre eles fazer essas apreciações políticas que faz no documento, acho que faria todo o sentido e era sobre tudo mais coerente. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: como sabe nós estaremos a esgotar o tempo, e no sentido de ajudar a resolver esta questão, a proposta foi admitida vai ser agora votada, no sentido de poder elucidar os Membros desta Assembleia. Há poucos anos houve um problema nos Estados Unidos com o fornecimento de electricidade, lembram-se do celebre apagão, veio-se a descobrir que, portanto, uma grande parte dos serviços nos Estados Unidos são concessionados, e veio-se a descobrir que a concessionária daquele tipo de serviço, neste caso de fornecimento de electricidade, não tinha renovado todo o immobilizado, e, portanto, estava na origem dos problemas, isto é um exemplo simples, um problema gravíssimo o apagão de Nova Iorque, como se lembram, um problema grave que aconteceu. -----

Qual é a razão de trazer à coacção este assunto? Nós temos uma concessão, durante o tempo da concessão a concessionária tem o poder sobre este tipo de activos, mas há algo que nunca foi esclarecido e que tem a ver com o seguinte: esse immobilizado tem um valor, a Câmara tem recebido nos últimos anos os montantes correspondentes a esse valor, mas a questão é esta, onde é que está esse dinheiro? Porque um dia que acabe a concessão e volte outra vez para a Câmara Municipal de Valongo, onde é que está o dinheiro para renovar a rede? Esta é uma questão pertinente, julgo eu, portanto esta é uma das muitas questões, eu só faço é um apelo para que seja colocada à votação a aprovação da Comissão, e já agora, pegando nas palavras do Senhor Deputado João Paulo Baltazar, eu formulo directamente à Mesa o pedido destes documentos, para ir adiantando trabalho, chegam através da Senhora Presidente, como é obvio. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**: sobre esta questão, afinal vou poder falar, e queria dizer o seguinte, o Senhor Deputado José Manuel Ribeiro trouxe agora um exemplo dos Estados Unidos, eu diria que houve um problema muito grave em Valongo, de abastecimento de água, uma seca total em Ermesinde, durante muito tempo, e veio-se a descobrir que o culpado foi o PS que esteve aqui na Câmara, só para referir, o Senhor referiu o exemplo dos Estados Unidos, eu refiro o exemplo de Valongo. Relativamente ao Conselho de Administração dos Serviços, queria dizer, aqui, o seguinte: ao longo dos últimos mandatos o Conselho de Administração dos Serviços, e eu pertenci por mais do que uma vez a um Conselho de Administração dos Serviços, teve sempre as forças com assento na Assembleia Municipal, estiveram representadas nos Conselhos de Administração, lembro o Dr. Faria Sampaio, por exemplo, pertenceu ao Conselho de Administração, o Sr. Serafim Vieira que ainda pertence e vai pertencer, eleito pela CDU, o Sr. José

Manuel Craveiro vai pertencer ao Conselho de Administração dos Serviços, é um conhecido militante socialista e, portanto, todos os Conselhos de Administração dos Serviços Municipalizados ao longo destes mandatos tiveram as forças todas representadas no Conselho de Administração. Essa a razão, penso eu, que nunca ninguém se lembrou de constituir uma Comissão, porque cada Partido tinha lá o seu representante, para lhes poder pedir os documentos, os relatórios, etc. Se os elementos que pertenceram ao Conselho de Administração durante estes anos todos, dos respectivos Partidos, não lhes entregaram os documentos ou os relatórios, a culpa terá que lhes ser assacada porque nós não temos responsabilidade nisso. -----

Relativamente ao próximo Conselho de Administração, e conforme eu disse, todas as forças com assento parlamentar estão lá representadas, ou pelo menos que seja do nosso conhecimento continuam a ser militantes do Partido Comunista, militantes do Partido Socialista ou outros do PSD, portanto, manter-se-á essa filosofia do Conselho de Administração manter os representantes das forças partidárias. -----

Uma última questão tem a ver, penso eu, com a eventual ilegalidade de constituição desta Comissão, porque é uma competência exclusiva da Câmara Municipal fiscalizar os contratos de concessão, e ao ser constituída uma comissão parlamentar da Assembleia Municipal o que vai acontecer é haver uma Comissão que fiscaliza quem fiscaliza, portanto não me parece que em termos legais isso seja possível, mas eu não sou jurista, alguém estudará o assunto, mas é competência da Câmara, e isso é uma certeza, que é uma competência exclusiva da Câmara fiscalizar o contrato de concessão, e fiscaliza precisamente através do Conselho de Administração dos Serviços. -----

E, de facto, como já foi referido aqui, se vai haver alguém que faz essa fiscalização, o Conselho de Administração dos Serviços não está lá a fazer nada, há uma duplicação de trabalho, e portanto, é esse o comentário que eu tenho a fazer sobre esta matéria. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro:** Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu quero-lhe manifestar aqui a minha desaprovação pelo que aconteceu exactamente agora, minutos antes, na intervenção do Senhor Vereador, vamos aqui esclarecer uma coisa: -----

A Assembleia Municipal é um órgão autárquico, a Câmara Municipal é outro órgão autárquico, eu não admito a um Vereador, ou a um Presidente de Câmara, que venha com uma intervenção a ameaçar os Partidos, foi exactamente o que este Senhor acabou de fazer. O Partido Socialista não indicou ninguém para o Conselho de Administração dos SMAES, ninguém lhe perguntou rigorosamente nada, o que aconteceu foi que este Senhor que interveio antes de mim quis, de uma forma mais ou menos angelical, ameaçar a Assembleia caso aprove a criação de uma Comissão, isto é mais um argumento a favor da criação da Comissão. Qual é o problema? E mais a Assembleia Municipal fiscaliza a actuação da Câmara, da Assembleia Municipal, das Fundações e das Empresas Municipais. Portanto, eu penso que a Senhora Presidente não pode permitir esta intromissão, raiou até, isto é inadmissível Senhora Presidente, se quer que lhe diga, porque isto encerrou aqui uma ameaça, eu percebo bem, percebo muito bem, os receios do Senhor Vereador, eu percebo muito bem e ele sabe que eu percebo muito bem os receios dele, agora isto é uma decisão da Assembleia e, portanto, a Assembleia vai-se pronunciar, eu só peço à Senhora Presidente que não permita mais esta situação, isto é inadmissível,

dizer que está o Senhor A, B ou C, é obvio que é um poder discricionário de quem nomeia, que é a Câmara que comanda este processo, que é que isto tem a ver com a Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal é ouvida para as nomeações para o conselho de administração dos SMAES? Não é, portanto acho profundamente reprovável o que aconteceu agora aqui, e mais uma vez peço à Senhora Presidente, coloque à votação a criação da Comissão. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**: eu ia pedir que depois da minha intervenção que, rapidamente, se passasse à votação desta proposta. -----

É só para defender a honra de uma pessoa que não está aqui, o Senhor Serafim Vieira, nunca foi nem é militante do Partido Comunista, por isso fazer aqui afirmações que um indivíduo é militante do partido A ou B, sendo falso, acho que é pior do que aquilo que o Senhor José Manuel Ribeiro disse. O Senhor Serafim Vieira não é, e podia ser, uma pessoa estimável, não é nem nunca foi militante do Partido Comunista, nem o partido comunista foi chamado para a nomeação do novo Conselho de Administração dos SMAES, que fique bem claro. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**: eu no fundo pretendia mais era um esclarecimento, para saber como votar, a questão que eu colocava, além de haver um Conselho de Administração que é ao fim e ao cabo um conjunto de personalidades, que dá garantias de isenção no acompanhamento dos trabalhos e da execução do contrato de concessão. O que eu perguntava era se a Assembleia Municipal, e perguntava isto à Senhora Presidente, se a Assembleia Municipal tem poderes para fiscalizar permanentemente, ou não, os trabalhos, tudo aquilo que diga respeito a esta concessão? Se a Assembleia Municipal tem esse poder, pedir todos os documentos, se a Assembleia Municipal pode fiscalizar todo esse processo, porque se efectivamente tem esse poder não é preciso Comissão absolutamente nenhuma, se não tem esse poder também não compreendo a formação da Comissão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**: era só para, depois destas intervenções, um bocadinho mais emotivas, tentar só fazer um esclarecimento, efectivamente eu ouvi falar de ameaças e ouvi quem falou de ameaças vir aqui tentar condicionar a Assembleia dizendo que, o facto de alguém ameaçar alguém é razão, por si só, suficiente, para se criar uma Comissão, queria deixar este registo. --

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: eu, sinceramente, tenho respeito pela sua função, tenho aqui a lei que regula o funcionamento deste órgão, e a lei é clara na alínea c) artigo 53º, que no regimento é artigo 20º alínea c), eu leio, compete à Assembleia Municipal, competência exclusiva, alínea c), acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das Fundações e das Empresas Municipais, está claro, só uma questão, veio aqui um Deputado, eleito pelo Partido Social Democrata, questionar o responsável pelos SMAES sobre um conjunto de questões, não ouvi uma única resposta às questões colocadas, o Senhor Deputado Jerónimo, nem uma única resposta. -----

O Senhor **Vereador Paulo Miguel da Silva Santos**: eu faço esta intervenção, relativamente à leitura que o Senhor Membro da Assembleia José Manuel Ribeiro, mas a propósito dos poderes da Assembleia julgo que ficou bem claro que, na própria leitura não aparece a concessionária, aparece a Fundação, aparece a Câmara, Empresas Municipais, não apareceu a concessionária na leitura que o Senhor fez, não apareceu a concessionária, e pode ler outra vez se assim o entender, de qualquer das formas e utilizando o termo que o Senhor Membro da

Assembleia utilizou, relativamente ao meu colega de Vereação e ao seu ar angelical, eu também gostava de deixar aqui, e recordar à Assembleia quem fiscaliza a concessão de facto é a Câmara Municipal, que o Senhor Membro da Assembleia José Manuel Ribeiro fez parte da Câmara Municipal, nomeadamente na reunião de dezanove do quatro de dois mil e quatro ao contrário das afirmações que aqui vem proferir, a propósito da alteração do plano de investimentos da concessionária absteve-se é só. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação a Proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Manuel Pereira Ribeiro, anexa à presente acta como Doc.3, sendo reprovada com dezasseis votos contra sendo catorze do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto da Presidente da Assembleia e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares e quinze votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PS e um voto do Deputado da CDU, José Deolindo Caetano. -----

De seguida colocou à aprovação da Assembleia a seguinte alteração da Ordem de Trabalho: -----

1 - Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2005.11.21 e 2005.11.23; -----

2 - DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 – Construção do Cemitério de Luriz – Campo, Valongo – 1ª Fase – Resposta ao Tribunal de Contas – Aprovação do novo plano de pagamentos; -----

2.2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2006; -----

2.3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006; -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Sendo o ponto 2 – Discussão e aprovação de alterações ao Regimento, retirado em virtude de a alteração ao Regimento ainda não se encontrar concluída. -----

A proposta de alteração à Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 - Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2005.11.21 e 2005.11.23; -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo**: solicitou alterações à acta de 2005.11.23, tendo sido aceites. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**: solicitou alterações à acta de 2005.11.21, tendo sido aceites. -----

As referidas alterações foram efectuadas nas respectivas actas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação as actas de 2005.11.21 e 2005.11.23, sendo aprovadas por maioria com vinte e oito votos a favor e três abstenções em virtude dos Deputados não terem estado presentes nas referidas reuniões. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 – Construção do Cemitério de Luriz – Campo, Valongo – 1ª Fase – Resposta ao Tribunal de Contas – Aprovação do novo plano de pagamentos, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto, foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2006. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**: como tinha prometido vou intervir sobre este assunto, e permitam-me fazer um pouco de história, uma vez que eu não sei o que se passou nos quatro anos anteriores, mas sei o que se

passou claramente, muito claramente, quando se discutiu a concessão dos Serviços Municipalizados. -----

Face à proposta que nos foi entregue, foi entregue nesta Assembleia, ela foi discutida e foi de facto, por maioria, com o voto contra do PS, que apresentou na altura os seus motivos, estão expressos em acta, foi aprovada a concessão dos Serviços. -----

Relativamente à questão dos SMAES, ou à questão do pessoal, as condições que foram apresentadas à Assembleia, e lembro que só a Assembleia é que podia concessionar Serviços, aliás o que não foi verdade na altura, trataram mal a Assembleia, o que é normal, aprovaram primeiro na Câmara e depois é que trouxeram à Assembleia quando é a Assembleia que concessionaria, alguns de vocês lembram-se o que se passou. -----

Mas, relativamente aos trabalhadores e aos SMAES ficou aprovado o seguinte: artigo 47º, que é do Caderno de Encargos da Concessão, dizia o seguinte: a concessionária obriga-se a estabelecer uma estrutura de pessoal que permita dar satisfação aos objectivos propostos neste Caderno de Encargos, integrará a concessionária todos os trabalhadores afectos aos Serviços Municipalizados de Valongo, à data do presente concurso. -----

A integração dos trabalhadores far-se-ia da seguinte maneira: quem quisesse ser transferido imediatamente era transferido e ia para os quadros da Empresa, quem não quisesse ser transferido e quisesse trabalhar podia ir em regime de requisição, o regime de requisição durava três anos, ao fim desses três anos podiam optar ou entregar os quadros da concessão, ou regressar à Câmara. A Câmara responsabilizava-se a criar um quadro, a criar um serviço na Câmara, para receber todos aqueles funcionários, que por qualquer motivo não quisessem fazer parte, ou à data da concessão, da assinatura da concessão, ou posteriormente ao longo dos três anos da concessão. -----

Isto foi aprovado, para que conste, em quinze do onze, na Assembleia de quinze do onze de noventa e nove. -----

Um ano depois, praticamente um ano depois, e aqui fiz este pequeno preâmbulo para entrar de facto naquilo que estamos aqui a discutir. Em vinte e um do doze de dois mil, estávamos nós a aprovar o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de dois mil e um, foi trazida uma coisa interessante, que era aquilo que é trazido hoje, que era um documento deste género, Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES para o ano 2006, ficamos estupefactos. Então nós tínhamos aprovado um ano antes a extinção dos Serviços e um ano depois aparecia um Orçamento para esses Serviços. Claro, houve um debate muito profundo e fomos vencidos, quem defendeu, quem levantou as questões foi vencida, então dizia-se o seguinte, esta coisa, esta pérola, dizia-se esta pérola, os Serviços eram criados para fiscalizar, mantinham-se para fiscalizar os trabalhos da Concessionária, e depois esta pérola ainda maior, aliás que é a pergunta que eu vou fazer a seguir. -----

Nas receitas para o Serviço, essa receita era um pagamento da concessionária para que os SMAES a fiscalizasse, ou seja, quem fiscalizava ia ser pago pelo fiscalizado, um conflito de interesses perfeitamente, enfim, isto nem lembra ao diabo, que raio de fiscalização é que ia ser feita, e lembro só por curiosidade, aliás aquilo que nos pareceu na altura é que esta criação deste Serviço, era mais um, receptáculo para meter lá, enfim, umas pessoas, um tal Conselho de Administração, uma coisa

qualquer. -----
Lembro só isto, vocês sabem, em dois mil e um qual era o Orçamento? Trezentos e cinquenta e cinco mil euros, reparem quanto é o Orçamento hoje, é mais de quatro vezes do Orçamento da altura. Portanto tal como votamos, e eu votei na altura, e indignei-me com esta situação, indignei-me tanto que dei conhecimento à Assembleia, e fi-lo, e enviei para o Tribunal de Contas um documento a pedir explicações, até hoje não me deram, mas eu tenho a certeza que deram explicações à Câmara. Portanto eu não sei o que se passou entretanto, como acho que não se passou de nada, acho que não foi respeitado o voto desta Assembleia que era de facto a extinção dos SMAES, porque acho que de facto os SMAES a continuar não fazem sentido, não fazem sentido dizer-me que é para fiscalizar, é para fiscalizar o trabalho, fiscalizar pode ser uma coisa qualquer, pode ser um Serviço na Câmara, que era aquilo que devia ter acontecido na altura, criar esse tal Serviço, foi aquilo que votamos, foi aquilo que a Assembleia decidiu e votou. -----
Portanto, como na altura votei contra, como na altura me indignei, hoje indigno-me mais, hoje ainda estou mais indignado quando de facto fiz estas contas, quatro vezes mais, passamos de trezentos e cinquenta e cinco mil euros para mil quinhentos e vinte e quatro, agora só falta dizer-me que este, esta receita que está aqui no ponto 70299 - venda de bens e serviços correntes – outros, que esta receita, eu não sei de onde vem, e vou perguntar, e quero ser informado, não me venham dizer que é uma receita paga pela Concessão para ser fiscalizada, isso não se passa assim em nenhuma parte do mundo. -----
As entidades fiscalizadoras são super independentes, normalmente contrata-se até fora, fora dos Municípios, e ser assim, não sei se há, de qualquer maneira como isto passado cinco ou seis anos tudo se mantém, mantém-se na mesma, eu irei votar contra, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra. -----
O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: Senhora Presidente como sabe estamos a discutir o Orçamento e Grandes Opções do Plano para os SMAES para o ano 2006, tem que vir aqui a este Órgão. -----
Ao abrigo do Regimento desta Assembleia nomeadamente do artigo 24º alínea g) eu requeiro, através da Senhora Presidente, informações da Câmara Municipal, que nos foi transmitido que é o Órgão que acompanha a Concessão, e tem informações nomeadamente dos SMAES, porque são úteis para o exercício da minha actividade de Membro da Assembleia Municipal, eu vou repetir. Eu requeiro através da Mesa estas informações todas: relatórios das Águas de Valongo S.A.; actas das reuniões dos SMAES; relatórios da fiscalização dos SMAES, em relação ao contrato de concessão que está previsto. E a questão é muito simples se não me derem essa informação vou ter que recorrer para os Tribunais, acho que é mau, é um mau princípio. -----
O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**: relativamente à intervenção do Senhor Eng.º Diomar, eu lembro-me, porque estava, também, aqui na altura em que foi feita a concessão das Águas de Valongo. Foi uma discussão realmente muito aberta, foi esclarecido na altura porque os elementos em presença, do ponto de vista de técnica jurídica, convenceram esta Assembleia, o problema político subsiste. A pergunta que eu faço é se subsiste indefinidamente. -----
Agora aproveito apenas para dizer o seguinte é que tanto quanto nos foi dado a conhecer pelo Senhor Vice-Presidente, numa reunião preparatória desta, esta rubrica 070299, do SMAES, é apenas a transferência devida, que está

contratualizada com a Câmara, para pagamento do pessoal que está no SMAES, apesar de afecto ao SMAES tem vínculo à Câmara Municipal de Valongo. Portanto, não se trata de pagar a quem vai fiscalizar o que parece que está aqui uma certa promiscuidade, ou então uma alegada promiscuidade, o que é mau para quem entra nesta tentação, e se entramos nesta tentação de que, num sindicato elege-se um Órgão Fiscalizador de Contas e quem paga as despesas desse Órgão Fiscalizador de Contas é o sindicato, logo também podemos dizer que há promiscuidade, e não é assim, o que aqui esta é uma rubrica que tecnicamente tem que estar porque o Órgão Fiscalizador das Águas de Valongo é a Câmara, e a Câmara tem, como há pouco disse o Senhor Vereador, num Conselho de Administração dos SMAES porque pode haver reversibilidade no contrato e os SMAES não podem desistir da sua função de fiscalizar porque se não havia um vazio. -----

Eu não percebo de técnica jurídica, talvez aqui o Dr. Miguel Santos me poderá completar aquanto à minha arcessão, mas dá-me a impressão de que estamos a fazer dos SMAES, estamos a fazer da fiscalização dos SMAES, uma vertente política quando ela é apenas, e tão só, documental, a Senhora Presidente disse que ouviu e bem, e agora vejo o acerto com que ela votou, porque quem desconfiou da sua votação, agora vejo porque também aprendi com o exemplo que ela deu, porque votou exactamente, porque é cautelosa, porque é Presidente desta Assembleia e não joga no escuro. -----

O facto de se pedirem documentos sobre a actividade dos SMAES não tem necessariamente que residir na constituição de uma Comissão, eu sei que este assunto está ultrapassado mas é só para fazer justiça a quem há bocado foi sereno e votou no sentido de não arranjar uma Comissão para fazer coisa nenhuma. -----

Relativamente a este ponto, esta verba que aqui está não é promiscua, não é uma verba, não é um montante, que faça as pessoas perder o sono ou ver aqui outro tipo de alegadas manigâncias, isto é tão somente uma coisa que tecnicamente já vem de dois mil e um para cá. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**: para dizer ao Senhor Deputado que não subsiste nenhuma questão política, nem subsistiu na altura, Senhor Deputado, não subsistiu, eu vou-lhe lembrar. -----

Como sabe, nós fomos muito cuidadosos nestas questões, eu vou-lhe lembrar, porque tenho que lhe lembrar, porque eu não quero que haja dúvidas nestas questões, nestas questões que são estruturais, são estratégicas para o Concelho e nós somos um Partido responsável, por que podemos ser poder, ainda não fomos mas vamos ser poder, vamos ser poder algum dia, e, portanto, nós somos responsáveis e eu vou lembrar, para não ficar dúvidas aquilo que eu disse em nome do meu Grupo Parlamentar na altura. -----

Senhora Presidente, Senhores Deputados, o que estamos hoje aqui a discutir é um problema sério e com imensas repercussões no futuro, quer para a Autarquia, quer para os cidadãos do Concelho, quer ainda para os trabalhadores dos SMAES. O Partido Socialista, Partido responsável, que não sabe quando, mas que irá de certo assumir responsabilidades de dirigir este Concelho, entende que a opção aqui posta à discussão devia ser encarada pela Câmara com muito mais cuidado. Deveria ter sido apresentada uma proposta clara e fundamentada, um estudo técnico, esta Assembleia neste caso certamente aprovaria a proposta, se não por unanimidade, pelo menos por ampla maioria. A Câmara assim não o entendeu, trabalhou de afogadilho, como a crer ver-se livre de um problema que já não controla, e que teme

Ihe venha a rebentar nas mãos, fez mal, o PS sempre se demonstrou disponível para colaborar quer na Câmara, quer na Assembleia, para em conjunto com o poder encontrar-se as melhores soluções para os problemas que afectam as populações do Concelho, o que está hoje aqui em apreço é muito importante, esta Assembleia não pode, nem deve, abdicar os seus direitos e das suas competências (fim da cassete). -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**: esta rubrica 070299 não tem dúvida nenhuma, trata-se de pagamento ao pessoal da Câmara requisitado pelos SMAES. Foi levantada alguma dúvida, não sei porquê, porque é simples, este pessoal é pessoal que faz parte dos quadros da Câmara, está apenas requisitado pelos SMAES, portanto tem que fazer parte da contabilidade, e tem que lhe ser pago. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação o ponto 2.2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano dos SMAES, para o ano 2006, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos do Grupo Municipal da CDU e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares e catorze votos contra do Grupo Municipal do PS. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**: no manifesto eleitoral que o Senhor Presidente da Câmara apresentou à população do Concelho, nas últimas eleições autárquicas, diz que neste mandato pretende completar um ciclo de obras na área social, nos serviços, nas acessibilidades, nas áreas industriais. -----

Todavia, pela análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano que nos foram apresentadas, concluímos que não é por esta via que vai cumprir o que prometeu, nem sequer se pode dizer que o ano de dois mil e seis vai ser o ponto de partida para atingir este objectivo. -----

Da análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, verificámos que a situação económico financeira da Câmara é confrangedora, certamente que em dois mil e cinco não foi melhor, mas como em dois mil e seis não há eleições autárquicas é uma boa altura para expor as fragilidades e carências que entorpecem o desenvolvimento do Concelho, e que teimosamente o mantêm na cauda da área metropolitana do Porto. -----

Nos objectivos - funções sociais - foram orçamentados vinte e quatro milhões de euros, menos trinta e dois por cento que em dois mil e cinco, neste objectivo estão incluídos programas da máxima importância para a população do Concelho, por exemplo: o ensino pré-escolar e o ensino básico; acção social; a habitação; o ordenamento do território; os arranjos urbanísticos; a defesa do meio ambiente; a cultura; o desporto; o recreio e lazer. Analisando alguns destes programas verificamos que os números e a conseqüente previsão do que se vai fazer são preocupantes. No ensino pré-escolar foram orçamentados menos quarenta e dois por cento que em dois mil e cinco. Nos arranjos urbanísticos quarenta e oito por cento a menos. Na defesa do meio ambiente menos vinte e sete por cento. Na cultura menos cinquenta e dois por cento. No desporto, recreio e lazer menos dezasseis por cento. -----

No objectivo – funções económicas – o panorama é igualmente desolador. No programa obras de construção do Concelho, não obstante incluir a construção de

reservatórios de abastecimento de água e respectivas condutas adutoras, no valor de cinco milhões de euros, o valor global orçamentado é inferior ao de dois mil e cinco em quarenta e nove por cento. Na segurança rodoviária foram orçamentados menos setenta e seis por cento. Na protecção civil luta contra incêndios menos trinta e oito por cento. -----

Estes números são elucidativos e demonstram que este executivo não tem rumo definido, não tem políticas consistentes, não tem estratégia coerente, vai navegando ao sabor da corrente na esperança que do Poder Central ou dos Fundos Comunitários lhe seja atirada uma bóia salvadora. -----

Os novos investimentos, com alguma importância para o desenvolvimento do Concelho, financiados em parte pela Administração Central e pelos Fundos Comunitários, contam-se pelos dedos de uma só mão. É claro que há razões de peso para que este Orçamento e Grandes Opções do Plano pareçam ser o que na verdade não são, desde logo a dívida que tem vindo a ser acumulada ao longo dos anos. -----

A dívida do curto prazo rondará os vinte milhões de euros, a amortização da dívida de médio e longo prazo mais os juros que se vão vencer em dois mil e seis, atingem cerca de um milhão e novecentos mil euros; a despesa com pessoal superior a doze milhões de euros, tem peso significativo, somando estas três parcelas obtemos um resultado que se aproxima dos trinta milhões de euros, o que corresponde a quase metade da receita orçamentada. -----

Se a execução da receita rondar os cinquenta por cento, como tem acontecido nos últimos anos, não se deslumbra donde possam sair meios para realizar grande coisa. -----

Vossa Excelência Senhor Presidente da Câmara, tem razão, ao fim de doze anos a saturação é muita e a capacidade de iniciativa nenhuma. Vossa Excelência também diz que este mandato marca a transição para o futuro, e por isso renovou a equipa, rejuvenesceu-a com pessoas com provas dadas nos altos cargos que desempenharam com grande capacidade e experiência, a intenção foi boa, mas para já não passou disso, não nestas peças que agora discutimos um lampejo que indique a vontade de mudar, de cortar com o passado, tudo continua na mesma. -----

Estes documentos reflectem renúncia e falta de ambição, é um Orçamento resignado por onde não passa nenhuma ambição nova para o Concelho, por tudo isso o nosso voto vai necessariamente ser desfavorável, mas também estamos convencidos que o nosso voto também não vai impedir a aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, a alargada base de sustentação da Câmara vai abençoá-los, vamos esperar para ver. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**: fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: sem desmerecer a opinião aqui transmitida pelo representante do meu Grupo, eu gostaria de apresentar aqui à consideração dos Membros desta Assembleia, uma visão diferente deste documento. -----

Bem sabemos que os recursos financeiros são uma condicionante importante das escolhas públicas, pelo que a atenção a prestar às finanças locais é de capital importância. -----

Há duas análises possíveis, uma análise financeira e uma análise económica. -----

A análise financeira é a que mais interessa, normalmente, aos executivos camarários, pois é a que é efectuada em seu nome. No entanto, do ponto de vista financeiro, o documento previsional em apreciação não é cabal sobre o cumprimento do princípio orçamental do equilíbrio. Pois na previsão das receitas correntes necessárias para cobrir as despesas correntes, estima crescimentos irrealistas numa conjuntura recessiva, aliás é preocupante a exclusiva dependência e exposição deste Município ao ciclo económico do sector do imobiliário, infelizmente não é um mal só deste Concelho. -----

Mas, é curioso que esta Câmara Municipal inscreve como verba provisional para IMI e IMT para o ano dois mil e seis, crescimentos da ordem dos sessenta e três por cento e sessenta e oito por cento, ainda torna mais curioso, porque tendo em conta o último documento certificado das contas da Câmara, que é a Conta de Gerência de dois mil e quatro, o total de receita corrente arrecadada foi de vinte e cinco milhões quatrocentos e trinta e seis mil cento e sessenta e seis euros, em relação àquilo, e fazendo fé no documento que nos chega hoje do relatório financeiro da Câmara à data de trinta de Novembro, foram arrecadadas receitas correntes vinte e três milhões duzentos e setenta e quatro mil novecentos e vinte e nove euros, ou seja, menos dois milhões cento e sessenta e um mil duzentos e trinta e sete euros, menos oito virgula cinco por cento do que aquilo que foi arrecadado em dois mil e quatro. A Câmara inscreve para dois mil e seis receitas correntes, algo como trinta e oito por cento acima do que já foi arrecadado este ano, aqui há um fenómeno qualquer de multiplicação. -----

Do lado da despesa é notório que este executivo se vê confrontado com responsabilidades crescentes, eu não ignoro que há a questão do aproveitamento dos investimentos em infra-estruturas efectuados até agora, e, também, não ignoro as competências adicionais que tem vindo a ser transferidas da Administração Central para a Câmara, também não ignoro as maiores exigências de qualidade por parte dos cidadãos locais, nem as pressões do ciclo eleitoral. Agora, o que eu acho incrível, e isto, estas questões não estão de facto devidamente esclarecidas, é que provavelmente a Câmara ignorou que os equipamentos municipais só são úteis para a população se tiverem funcionários, consumirem energia, adquirirem bens e serviços, ou seja, derem lugar a um fluxo futuro de despesas de exploração. -----

Por outro lado não é aceitável a argumentação do executivo camarário tentando transferir para o Governo as responsabilidades pelas dificuldades de gestão do Município, pelo facto das transferências dos fundos municipais previstas para dois mil e seis não sofrerem qualquer acréscimo. Na verdade as transferências ao abrigo da lei das finanças locais são iguais às efectuadas em dois mil e cinco, nove milhões cento e catorze mil duzentos e setenta e dois euros, mas são iguais para todos os Municípios do país, eu lembro aos Senhores, que em nome da verdade a participação nos impostos do Estado, nos termos previstos, na redacção originária, da lei 42/98, de 6 de Agosto, lei das finanças locais, determinaria este ano uma transferência inferior à de dois mil e cinco, devido à evolução negativa das receitas fiscais em dois mil e quatro relativamente a dois mil e três, resultaria num decréscimo de quarenta e seis ou quarenta e sete milhões. Para além disso a lei de estabilidade orçamental, lei orgânica número 2/2002, de 25 de Agosto, do tempo da Dra. Manuela Ferreira Leite, permite afastar a disposição aditada em dois mil e um, que obrigava a um acréscimo de participação igual ou superior à taxa de inflação prevista, o que seria contra natura violando o princípio da solidariedade reciproca

entre todos os sub sectores do sector público administrativo, consagrado no artigo 81º, número 3 da lei de enquadramento orçamental. Isto é factual, além do mais também houve aqui uma ajuda por parte do Governo, tem a ver com o nível do limite da capacidade de endividamento municipal a médio e longo prazo, pois os limites do artigo 33º, são iguais aos constantes do Orçamento de Estado para dois mil e cinco, mantendo-se a excepção ao limite relativo ao financiamento de projectos com Fundos Comunitários e acrescentam-se as seguintes excepções: empréstimos de curto prazo para financiar projectos no âmbito do Interreg; empréstimos para a habitação social; empréstimos para renovação de áreas urbanas degradadas e empréstimos para reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios. Há aqui uma questão, não estaremos a falar de uma actualização em função da inflação, esta Câmara tem um aumento da dívida de dois mil e quatro para dois mil e cinco, isto tendo em conta os documentos que nos fazem chegar, a Conta de Gerência de dois mil e quatro e o documento financeiro até trinta de Novembro deste ano, superior a sete por cento, a dívida cresceu sete por cento, e portanto não há aqui um esforço de consolidação. -----

Pelo contrário a outra análise possível é a análise económica, que há um exercício efectuado em nome do conjunto da população municipal, e visa avaliar a contribuição deste Orçamento para o bem estar económico do Concelho de Valongo, não é feito mas deve ser feito, a este nível estranhámos a ausência de qualquer referência, neste Orçamento, ao Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo, este plano foi aprovado em Setembro deste ano, é um plano de dois mil e cinco / dois mil e oito, não há uma única palavra no Orçamento que está aqui agora em discussão em relação a isto. Ou seja, andaram pessoas a trabalhar, isto é um documento com todo o mérito, mas não há, é estranho, não há uma única palavra no documento em apreciação sobre isto, isto é um projecto, isto é um documento operacional. Como, também, não há qualquer referência à Carta de Aalborg, embora se refira a questão da sustentabilidade, eu lembro aos Senhores que a Carta de Aalborg foi unanimemente assinada por esta Câmara, com os votos do Partido Socialista, tem a ver com a gestão urbana, e que estipula a criação de indicadores, nomeadamente, indicadores de todo o tipo, não está contemplada. -----

Há aqui um exercício que eu queria partilhar com o Senhor Presidente, que é a análise dos rácios da despesa com pessoal sobre a população residente e as despesas de investimento sobre a população residente, e vamos verificar que estão profundamente desequilibrados, se efectuarmos uma estimativa destes rácios para dois mil e seis, com base na execução real do último ano disponível dois mil e quatro, os resultados são alarmantes. Em dois mil e seis o custo do pessoal desta Câmara, de Valongo, por cada cidadão residente neste Concelho será igual ao montante investido por cada cidadão residente no Concelho, ou seja, cento e trinta e nove euros, ou seja, a Câmara gasta tanto com pessoal como gasta investindo em prol da população, alguma coisa esta errada. É bom lembrar que em dois mil e quatro o custo do pessoal camarário por cada cidadão residente foi de cento e vinte e dois euros ao mesmo tempo que o Município investiu cento e oitenta e dois euros por cada cidadão, já nesta altura, isto são contas certificadas, já estava desequilibrado. -----

Esta situação reflecte a falta de visão estratégica na gestão Municipal, e mais grave, demonstra cabalmente o falhanço total da governação do Dr. Fernando Melo, pois, após doze anos de poder e milhões de euros investidos, não é admissível que

Valongo se encontra na cauda da Área Metropolitana do Porto, em praticamente todos os indicadores sócio económicos, segundo estudos da própria Autarquia. Neste sentido, só existe uma opção possível que é o voto contra o Orçamento, os indicadores que eu referi, Senhora Presidente, o Balanço Social, colocam Valongo na cauda da Área Metropolitana do Porto, foram os mesmos que deram origem a este Plano, nós temos que começar a perguntar que é que foi feito nestes últimos anos. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**: queria fazer um alerta à Assembleia, esta intervenção não foi feita, por motivos óbvios, depois de ouvir algumas intervenções que foram feitas, já a trazia de casa. -----

Estamos hoje aqui para analisar, discutir e aprovar, ou não, o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Valongo para o ano dois mil e cinco. -----

Após a análise e reflexão, sobre o Orçamento apresentado pela Câmara Municipal de Valongo, concluímos com grande surpresa que ele não teve em conta o Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, cujo levantamento foi efectuado por uma vasta equipa, que aproveitamos desde já para louvar este trabalho, a acompanhar o referido documento existe o Plano de Desenvolvimento Social de Valongo para dois mil e cinco / dois mil e oito, que define os objectivos e estratégias prioritárias para a promoção do desenvolvimento do Concelho, e pretende dar resposta aos problemas e necessidades aí retractadas. -----

Como podemos constatar, este Orçamento não reflecte nenhuma preocupação com o combate ao desemprego que alastra no nosso Concelho, nem com os problemas sociais da população. -----

Como sabem, a CDU não tem Vereadores no elenco da Câmara, não pode, pois, em sede própria apresentar propostas de melhoramento deste documento. No entanto, fazemos lembrar à maioria camarária, que ao abrigo do Estatuto da Oposição, do número 3, do artigo 5º, da lei 24/98, deveríamos ser consultados atempadamente sobre este documento. Não quis assim a maioria, por isso este documento é da sua responsabilidade, sem no entanto deixar de lembrar que o Partido Socialista com quatro Vereadores pode, ou podia, assim o quisesse, influenciar a feitura deste documento. -----

Passando para a análise do documento, hoje em discussão, temos a dizer o seguinte: -----

Na introdução o executivo camarário esclarece que este Orçamento, quando comparado com o do ano anterior, regista um decréscimo de treze por cento. Uma parte deste decréscimo foi influenciada pelo ano anterior ter sido ano de eleições, dizemos nós, e também pelas transferências da Administração Central ser igual, em valores reais, ao do ano transato, sem tão pouco o seu valor ser acrescido da inflação. -----

No respeitante ao não cumprimento da lei das Finanças Locais, pelo actual Governo do Partido Socialista, estamos de acordo com o executivo camarário, pois em consonância com os Governos anteriores, o actual Governo continua a impor a asfixia do Poder Local, o que levou recentemente à censura pública, e unanime, de todos os Autarcas Municipais deste país. -----

Noutro passo da introdução, lamenta o executivo com o aumento da despesa da higiene pública, aqui manifesta-mos a nossa surpresa. Então, a concessão da recolha de lixos e limpeza do Concelho não era para racionalizar meios e aligeirar as

despesas da Câmara? Como fica provado neste documento a privatização, encapotada, deste sector serve para engordar certas empresa privadas. -----
Continuando a analisar a justificação do executivo, para este Orçamento, no capítulo das receitas, uma parcela da receita extraordinária será a venda do edifício dos Serviços Administrativos de Ermesinde. Esta tentativa de obter receitas não colhe o nosso apoio, não por sermos contra a angariação de receitas mas pela forma em si. Este edifício está a ser construído ao abrigo do Programa Polis de Ermesinde, e tem a participação do Governo, destina-se à instalação de Serviços Públicos diversos à população, como é possível que a Câmara venha agora apresentar o propósito de vender parte dele? A nossa discordância reflecte-se na seguinte questão, e reside no facto de ter sido possível esbanjar dinheiros públicos na construção de um edifício e que agora a Câmara chegue à conclusão de que não precisava desta magnitude, não seria mais correcto racionar a sua identificação e aplicar as verbas sobrantes, por exemplo, na limpeza e requalificação do rio Leça? --
Passemos agora a analisar os número e as Grandes Opções do Plano: -----
No capítulo da receita, inscreve a Câmara no Orçamento como receitas extraordinárias a venda de terrenos e a alienação de parte do edifício dos Serviços Administrativos de Ermesinde. Continuámos nós com dúvidas da possibilidade da alienação deste edifício, estas adensam-se com o estado da estagnação da economia Portuguesa, como é que será possível à Câmara alcançar estas receitas extraordinárias? -----
No capítulo da despesa e das Grandes Opções do Plano a CDU se fosse chamada a participar na elaboração deste documento teria apontado outras orientações políticas. Discorda-mos, pois, do sentido destas opções em várias orientações do documento, no que concerne ao endividamento e dívidas aos fornecedores, embora a Câmara não tenha esgotado o plafon, os números não são animadores, mas estes números não aparecem por acaso, antes têm origem nas opções que esta maioria camarária seguiu durante os últimos anos, com projectos como a nova centralidade de Valongo, que serviu para o endividamento camarário, e podemos chegar à conclusão que este projecto não passará de mais um elefante branco. -----
O esbanjamento em ciclos eleitorais com dinheiros gastos em espectáculos e acções de propaganda em que as capacidades financeiras da Câmara não suportavam, também contribuíram para este défice. -----
Como particularidade interessante, se consultar-mos os mapas de empréstimos pedidos aos bancos, aí podemos constatar que as datas destas operações financeiras coincidiram quase sempre no ano de eleições. -----
Nas despesas de capital há três exemplos sobre os quais nos vale a pena debruçar: Construções de reservatórios de água em várias freguesias, obra meritória sem dúvida, mas concessão da distribuição de água não obriga que a Empresa Águas de Valongo faça investimentos? Vai continuar a Câmara a suportar investimento de capital sendo as mais valias e seu usufruto pertença desta multinacional? É certo que se fale de um protocolo estabelecido entre a Câmara e esta Empresa, em que esta é obrigada a reembolsar a Câmara deste investimento, foi nos dado, hoje, este documento e alguma coisa já clarificou. -----
Mas, também é do conhecimento da CDU o contrato assinado já em dois mil e quatro, e neste caso com a abstenção do Partido Socialista, e que entrará em vigor em um de Janeiro próximo, entre as Águas de Valongo e a Câmara, nos termos de tal contrato as Águas de Valongo deixará de pagar à Câmara qualquer contrapartida

pela concessão dos seus serviços de água e saneamento, gostaríamos que este assunto fosse mais bem explicado. -----

Outra obra que a Câmara pretende levar a cabo é a via distribuidora central, na freguesia de Campo, cuja verba a gastar em dois mil e seis é de três virgula cinco milhões de euros, só na aquisição de terrenos. Verba do mesmo valor vai ser gasta nos anos subsequentes na feitura da obra, o que equivale dizer que esta obra a preços actuais ficará por sete milhões de euros. -----

Nós, CDU, estamos de acordo com esta obra, pois a ligação à zona Industrial é uma melhoria importante para a freguesia, mas também sabemos que esta via irá servir um terminal ferroviário que será uma simples plataforma de carga e descarga de contentores, como este terminal é uma obra paga pela Administração Central, não deveria esta participar nos encargos da construção desta via distribuidora? Pois, este terminal ferroviário em nada vai contribuir para a criação de postos de trabalho locais, nem tão pouco para a riqueza do Concelho. -----

Outra obra contemplada neste documento é a ligação do IC24 através do Nó do Lombelho, então deixa-se inaugurar a extensão do IC24 até Paços de Ferreira sem nenhuma reacção do executivo camarário para a feitura deste Nó? A Câmara já gastou parte deste investimento na via concelhia do acesso a este Nó, e então agora não se reivindica que a Administração Central, ou a Empresa a quem foi atribuída a concessão, faça a sua ligação do Nó do Lombelho e que suporte estes custos? -----

Estes são os principais investimentos de capital que a Câmara de Valongo pretende levar a efeito no ano dois mil e seis. -----

Quanto às restantes matérias o investimento é nulo, o que me deixa preocupado com estas opções. -----

No ambiente continua a não haver qualquer investimento para a limpeza e despoluição das linhas de água que atravessam o Concelho, com o rio Leça à cabeça. A reflorestação das nossas serras e montes não é contemplada com qualquer verba, sabemos que este trabalho tem que ter apoios comunitários e do Governo Central, mas da parte da Câmara não vemos reflectido nenhum esforço financeiro. -----

Na área da cultura e do desporto a aposta para dois mil e seis é nula. -----

Na parte educativa as verbas são atribuídas na sua maior parte para uma gestão corrente e apertada. -----

Na luta contra incêndios e protecção civil o Orçamento efémera dos mesmos erros e omissões. -----

O apoio às colectividades e associações sem fins lucrativos são reservadas verbas diminutas, não possibilitando prosseguir os seus objectivos que são de complementar a formação e proporcionar espaços de ocupação de tempos livres da população, principalmente dos mais jovens. -----

O apoio às cooperações de bombeiros segue o mesmo Orçamento de dois mil e cinco, o que contribui para agravar a falta de meios destas cooperações. Isto acrescido e agravado pelo ano desgastante, que foi o ano que finda, e que deveriam levar a um aumento de verbas, pois estas associações são o garante da vida, do património urbano e florestal. -----

A reorganização e apoio dos bairros camarários e à sua melhoria de qualidade de vida nestes bairros não é aposta neste Orçamento. -----

Enumeramos aqui algumas opções que gostaríamos de ter visto contempladas neste Orçamento, quis a maioria camarária enveredar por outros caminhos,

assumindo, pois, a inteira responsabilidade de se comprometer com este Plano e Orçamento. -----

A CDU é uma força política responsável e que está na política para servir as populações, a incoerência com este principio, apoiaremos sempre todas as medidas e opções, mesmo que venham doutras forças políticas, desde que o bem estar das populações seja garantido. -----

No entanto, pela análise que fazemos do documento hoje presente a esta Assembleia Municipal, não pode os eleitos da CDU estar de acordo com ele e por isso o vão rejeitar, como pessoas responsáveis estaremos sempre disponíveis para participar na melhoria deste documento. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**: este Orçamento e as Grandes Opções do Plano, não nos trazem novidade, são uma realidade de que já estamos à espera, e que, efectivamente, conhecemos. -----

Relativamente às despesas correntes, são tremendas, mostram-nos que a Câmara tem uma máquina pesada, que absorve muitos recursos. -----

Quanto às Grandes Opções do Plano, que diz aqui, para dois mil e seis, verificamos que são as Grandes Opções mas, efectivamente, dois mil e três, dois mil e quatro e dois mil e cinco, porque para dois mil e seis nós não vemos nada, ou não vemos quase nada. -----

Eu falo, essencialmente, por Alfena, é essa a minha responsabilidade, e o que eu vejo para Alfena é nada, ou quase nada, vejo algumas verbas, alguns montantes, para pagar obras feitas há três, dois, um ano, e não vejo nada, efectivamente, para dois mil e seis, por isso é que digo que as Opções para dois mil e seis, relativamente à minha freguesia, são diminutas. -----

Mas, isto é o que acontece em todos os Municípios, este ano, neste primeiro ano do mandato, há uma grande dívida, há anos de eleições, todos conhecemos essa realidade, não vale a pena escamotea-la, e agora há que pagar a dívida que foi feita, só é pena que a factura seja grande e que agora tenhamos que a pagar todos, mesmo aqueles que não contribuimos para a feitura dessa dívida. -----

Alfena, penso que todos reconhecem, nos últimos anos deu um contributo muito pequeno para o nível de endividamento que a Câmara tem nesta altura. Só, que, agora como verificamos por este Plano de Actividades, ou por estas Grandes Opções e pelo Orçamento, está coberto pela medida grande, também, no sacrificio que lhe são exigidos para pagar a dívida. -----

Estou aqui representando a população de Alfena, e em consciência, eu penso que deveria ser contra este Orçamento e Opções do Plano, mas também sou realista, conheço o mundo em que vivemos, e conheço a realidade em que vivemos, e sei que não vale a pena querer tirar de onde não há. -----

É, efectivamente, o primeiro ano de um mandato, primeiro ano de um mandato que é uma continuidade, que assumiu muitos compromissos anteriormente, e que agora os está a começar a pagar, muitos deles. Por isso nós somos compreensivos e entendemos, e também porque confio nas pessoas que estão à frente da Câmara, sei que reconhecem que Alfena foi prejudicada nos últimos anos em termos de investimento municipal, muito prejudicada em termos de investimento municipal, sei, reconhecem as potencialidades de Alfena, as potencialidades de crescimento que Alfena tem. Por isso reconheço que este é o Plano possível, é o Plano possível para dois mil e seis, e também porque sei que em dois mil e seis, se Deus quiser, estaremos aqui a discutir o Plano, o Orçamento e o Plano, a as Grandes Opções do

Plano para dois mil e sete, e prometo, e quem me conhece sabe que o farei, estarei atento e que serei extremamente exigente na defesa dos interesses de Alfena. -----

O meu voto será favorável a este Orçamento e às Grandes Opções, porque entendo os condicionalismos em que ele é apresentado, como Presidente de Junta estarei sempre disponível, mas sempre, para colaborar com tudo e com todos naquilo que seja o bem de Alfena, mas não tenham dúvidas também que estarei muito atento, e de forma inabalável, na defesa dos interesses de Alfena. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**: fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

De seguida disse: apenas uma observação para as intervenções que me antecederam, e que manifestaram aqui a preocupação por existirem alguns cortes nos investimentos. -----

Também nós estamos preocupados com isso, estaríamos aqui com muito mais satisfação se existissem meios que pudessem ir bastante mais longe. -----

Mas, curiosamente as vozes que ouvimos aqui em desacordo com esses cortes no investimento, são precisamente as mesmas vozes que nos últimos tempos têm dificultado, tem feito tudo para que as receitas da Câmara sejam extremamente reduzidas. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**: se bem eu entendi, que a Câmara apesar das dificuldades continua solidária com aquilo que deve (não audível). -----

Refiro aqui uma rubrica que é a Acção Social, a verba que está inscrita no Plano Plurianual é de mil euros, e o ano passado foi de quinze mil, eu pergunto, também, se noutras, na cultura, por exemplo, aqui já não pode haver solidariedade por aqueles cinquenta por cento. No desporto, recreio e lazer, também, mais dezasseis por cento, e noutras rubricas, o Senhor Deputado disse, também, que se o Poder Central desse mais dinheiro com certeza que se faziam mais obras, isso é uma verdade de La Palice, nem é necessário discutir, mas, também, lhe posso dizer que o Poder Central não vai transferir menos em dois mil e seis do que transferiu em dois mil e cinco, ainda bem que pelo menos assim é, porque o Senhor recorda-se, com certeza, que no tempo em que o Professor Cavaco Silva era Primeiro Ministro, nunca cumpriu a lei das finanças locais, eu julgo que andava por cá? Ainda bem que reconhece que este Orçamento está sobre dimensionado, apesar de tudo, apesar dos cortes que houve, que está sobre dimensionado, porque se não estivesse com certeza seria metade daquilo que é. -----

E, agora, já que apelou à confrontação documental sobre a redução da dívida, não é de dois milhões, é um milhão e quinhentos mil, façam bem as contas. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**: eu só vou esclarecer aqui duas coisas, depois passarei a palavra ao Senhor Vereador João Queirós para esclarecer em relação aos números. -----

E, o esclarecimento que eu queria prestar era ao Senhor Deputado Caetano, dizendo-lhe que, em relação à nova centralidade de Valongo, esteve aqui há dias o Presidente do Instituto do Património do Ministério da Justiça, que veio escolher um novo terreno para o Palácio de Justiça, e que disse que ele vai ser feito, ficará ao lado da nova Biblioteca de Valongo. -----

Em relação, à reacção, à não feitura do Nó do Lombelho, ela foi feita, quer ao Instituto das Estradas de Portugal, com quem estamos a continuar a manter o diálogo, ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, e verbalmente, ainda, ao Senhor Primeiro Ministro. Portanto, estamos a tentar continuar, não vamos

desistir, em relação a este problema do Nó do Lombelho. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós**: se me permitem eu vou, indiquei aqui meia dúzia de pontos que foram tocados nas intervenções feitas anteriormente, e vou apenas citar alguns números, elencar algumas situações em que acho que deve haver uma pequena correcção. -----

Relativamente às escolas, eu tenho aqui números de dois mil e cinco, e números de dois mil e seis, previsões para dois mil e seis, e vejo que há um aumento de novecentos e cinquenta e nove mil euros para um milhão cento e setenta e cinco mil euros, relativamente às escolas. -----

Relativamente ao desporto também quero esclarecer que há um aumento de cento e noventa e três mil euros para duzentos e dezanove mil e duzentos euros. -----

Na acção social, os números equivalem-se com a redução de uma ligeira verba por causa de um convívio que vai deixar de ser feito. -----

Relativamente ao ambiente, outro dos pontos tocados, tenho a dizer que a despesa de dois mil e cinco cifrou-se em dois milhões novecentos e sessenta e seis mil, e em dois mil e seis vai ser só e apenas três virgula três milhões de euros. -----

Quero agora passar, portanto, esta comparação de despesas é elucidativa, não é verdade? -----

Agora quero passar, por exemplo, ao problema do endividamento, se bem se recordam houve uma alteração das regras do jogo a meio do jogo, estou a falar relativamente de dois mil e três em diante, a lei 32-B/2002, de 30 de Dezembro, que pôs em vigor o Orçamento para o ano dois mil e três, alterou substancialmente as regras do jogo, ou seja, para dar um exemplo, teríamos o seguinte: era possível às Autarquias endividarem-se em vinte e cinco por cento dos fundos municipais, ou então vinte por cento das despesas do investimento do ano anterior, agora, simplesmente, as Autarquias podem endividar-se em um de dois limites; um oitavo dos fundos municipais atribuídos ao Município, ou dez por cento das despesas realizadas para investimento no Município no ano anterior, portanto, é só, resumindo, a redução a metade daquilo que é possível. -----

No entanto, a Autarquia de Valongo que em dois mil e cinco apresentou um endividamento negativo, vinte virgula trinta e seis por cento, se derem ao cuidado de fazer o cálculo para dois mil e seis, esse endividamento vai passar para três virgula noventa e dois por cento, o que quer dizer que certamente, se a conjuntura minimamente ajudar, em dois mil e sete vamos ter uma possibilidade de endividamento positivo, o que quer dizer que se assim for necessário, podemos, ou poderemos, recorrer a empréstimos para o que, efectivamente, a Autarquia entender. -----

Quanto à dívida a curto prazo já posso adiantar alguma coisa, que tem a ver, precisamente, esta dívida está muito bem identificada e vai sofrer em dois mil e seis um decréscimo acentuado, principalmente a dívida que me estava a focar do curto prazo. -----

Face ao estabelecimento de planos de pagamento com os nossos credores, e que certamente vão, entendo que, no final do ano dois mil e seis a nossa dívida, atendendo a esses planos, vai ser substancialmente reduzida. -----

Queria, também, fazer aqui uma referência à sobre orçamentação dos impostos directos, perdoem-me, mas eu necessariamente, vou enquadrar aqui uma situação que o executivo já criou um grupo de trabalho com a missão de proceder à revisão da lei das finanças locais, e um dos pontos que este executivo, executivo estou a

falar do Governo da Nação, pretende é qualquer coisa como isto: o ponto de trabalho que este grupo terá precisamente de analisar são as alterações na estrutura do financiamento local, resultantes da reforma da tributação do património, e da evolução previsível das receitas do imposto municipal sobre imóveis, e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis. Ou seja, as verbas que o Governo considera serem de todo em todo superiores às geradas pela anterior SISA e Contribuição Autárquica, por isso, os cortes efectuados para o Poder Local, não deverão ter um impacto tão negativo. -----

Se eu bem entendi, o que isto quer dizer, é qualquer coisa do género, vai haver, necessariamente, um aumento substancial da verbas que as Autarquias vão arrecadar a nível do IMI, que substitui a Autárquica, e do IMT que substitui a SISA, e o Governo está preocupado, não sabe, inclusivamente, o sentido e o alcance de que estas verbas vão atingir, e já está a prever que é melhor reduzir à transposição de fundos para as Autarquias, porque as Autarquias, certamente, vão nadar em dinheiro. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação o ponto 2.3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara para o ano 2006, tendo-se verificado um empate com a seguinte votação: quinze votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto do Deputado Arnaldo Pinto Soares, quinze votos contra sendo catorze votos do Grupo Municipal do PS e um voto do Deputado da CDU, José Deolindo Caetano, e uma Abstenção da Presidente da Assembleia Municipal. -----

De seguida foi feito um intervalo. -----

Após retomar os trabalhos a Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou novamente à discussão o ponto 2.3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara para o ano 2006, a fim de obter mais esclarecimentos. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**: se a Senhora Dra. nos disser em que lei se baseou, em que regimento se baseou, para retomarmos a discussão, eu aceito, assim como aceitei na primeira Assembleia que a Senhora Dra. fosse eleita, embora, politicamente, democraticamente, a Senhora Dra. não tivesse direito a estar aí sentada, mas foi evocado preceitos jurídicos que eu respeito. Se a Senhora Dra. disser em que é que se baseia para retomarmos a discussão, em que artigo da lei, que eu não consigo descortinar, de facto, por mim não vejo nenhum problema. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: eu posso responder ao Senhor Deputado, não encontro agora no regimento, mas encontro no procedimento administrativo, portanto, ele é omissivo em relação a esta situação que foi aqui, que se criou aqui, e, portanto, nós decidimos que iríamos abrir um novo espaço de clarificação de alguns pontos para depois procedermos a nova votação, dado que o Orçamento tem, de facto, que ser ou aprovado ou rejeitado, nesta Assembleia. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: Senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu devo-lhe dizer algo muito simples, nos olhos, gostava de falar para si, no dia vinte e nove de Outubro, lemos todos com enorme admiração, eu pelo menos li com admiração, as suas declarações ao Jornal de Notícias, após a eleição como Presidente da Assembleia Municipal, com admiração porque dizia na entrevista - “tenho uma causa comum, que é o bem do concelho de Valongo” – está

recordada seguramente, eu concordo, partilho, estou-lhe a dizer isto pelo seguinte: eu tenho como ideia há muito tempo alicerçada que, as pessoas que lideram, e a Senhora é uma Senhora que lidera, lidera uma das Associações mais importantes deste Concelho, são, de facto, pessoas que sabem destrinçar aquilo que é essencial daquilo que é o acessório, e que são garantes da estabilidade. Mas, em determinados momentos não esquecem o princípio, não esquecem aquilo que é, de facto, fundamental, porquê tudo isto, Senhora Presidente? -----

Se continuar assim esta Assembleia Municipal, não serei só eu, serão os restantes Membros da Assembleia, o público que está a assistir, que ficará com a leve impressão que a Senhora Presidente não está à altura do cargo que desempenha, porquê? Por uma razão muito simples, com todo o respeito, neste momento só se espera algo da sua pessoa, que decida, ou é aprovado, ou é rejeitado, eu faço-lhe este apelo, já no outro dia lhe fiz esta observação, e porque tenho consideração por si, e já tive oportunidade de demonstrar nas propostas que tenho feito, agora aqui não entre por essa via Senhora Presidente, a Senhora foi eleita, é certo para ser um garante, mas também foi eleita por um programa, ou seja, foi eleita tendo em conta princípios, compromissos, exerça o seu mandato, decida ou a favor ou contra, não vale a pena estar a recuar, era só isto Senhora Presidente, se entrar por outra via, é a Senhora Presidente que fica em causa, é a sua autoridade enquanto Presidente da Assembleia Municipal, eu penso que ninguém está interessado nisso, nem a Senhora Presidente. -----

Portanto, um apelo que eu lhe faço, faça-lhe este apelo com muita sinceridade, desempate, ao aprova ou reprova. -----

O Senhor **Vereador Paulo Miguel da Silva Santos**: aproveito a oportunidade para prestar alguns esclarecimentos de questões que foram colocadas, acerca do documento mais importante da Câmara, e que dizem respeito, nomeadamente, a dois pelouros que o Senhor Presidente me encarregou, me responsabilizou, no que diz respeito à sua gestão. -----

Um deles é a cultura, uma vez que foram apresentados aqui uma série de números relativamente a um abaixamento. Relativamente ao pelouro da cultura, foram proferidas, aqui, algumas afirmações no que diz respeito, há efectivamente um abaixamento, no que diz respeito ao pelouro da cultura, esse abaixamento comporta o valor de vinte e cinco mil seiscentos e oitenta e sete euros, aliás, todo o investimento que foi feito, em termos culturais, ao longo dos anos por esta Câmara mantém-se inalterado, em números finais, efectivamente, há um decréscimo superior que se relaciona, essencialmente, com o fim do investimento na nova biblioteca de Valongo. -----

No que diz respeito à acção social, e a diversas questões que foram levantadas relativas ao PDS, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo, já há alguns meses tenho assistido a algumas notícias, que, inclusivamente, saíram em alguns jornais, classificando o concelho de Valongo como o Concelho mais pobre da Área Metropolitana do Porto. Esta é uma interpretação tendenciosa, é uma interpretação sem qualquer base científica, nem qualquer fundo de verdade, tanto mais por dois argumento de maioria de razão: -----

Primeiro, é que ainda existem três Concelhos da Área Metropolitana do Porto que não têm sequer o Diagnóstico Social aprovado, muito menos os PDS, os Planos de Desenvolvimento Social, logo há aqui três lacunas no que diz respeito a este grau de comparação. Em relação a este grau de comparação, também, e a tentativa de

elucidar a Assembleia, para acabar com estes equívocos, o PDS, e anteriormente o Diagnóstico Social, não foram elaborados com nenhum grau de ponderação, ou de hierarquia de valores, que permita comparar os resultados obtidos no concelho de Valongo relativamente ao concelho do Porto, que é um Concelho que não tem, ainda, o PDS, por exemplo, ou relativamente ao concelho de Vila Nova de Gaia, por exemplo, que já tem um Plano de Desenvolvimento Social. Portanto, é um epíteto que foi referenciado em período pré eleitoral, e que não tem qualquer tipo de base científica. -----

No que diz respeito ao PDS, e a propósito das referências que foram efectuadas, pelo facto de não estar previsto no Orçamento da Câmara, tal não corresponde, também, à verdade. O PDS surge no âmbito da Rede Social, a Rede Social é um projecto para todo o país. No caso do concelho de Valongo, na Rede Social estão representadas quarenta e três instituições, sejam a Segurança Social, seja o Centro de Emprego, seja a Câmara Municipal de Valongo, seja o Centro Social de Ermesinde, e por aí além, foi feito um diagnóstico, são quarenta e três instituições, eu sei do que estou a falar, foi feito um Diagnóstico Social do Concelho que permitiu, pela primeira vez, no concelho de Valongo e nos Concelhos que fora, efectuados em todo o país, ter-se a realidade qualificada e ponderada das valências e das deficiências na área social. -----

A Rede Social é um programa que foi aprovado na altura do Governo do PSD e que foi publicado em Diário da República há dois anos. -----

Feito esse Diagnóstico Social o passo seguinte era encontrar as soluções, e daí a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, o PDS, eu gostava de esclarecer a Assembleia que o PDS não é um plano da Câmara Municipal de Valongo, é um plano da Rede Social do Concelho de Valongo, onde têm responsabilidade quarenta e três instituições deste Concelho, qui ça a Câmara de Valongo seja aquela mais responsável, e será aquela que contribuirá para o desenvolvimento dessas acções, mas também parceiros como o Instituto do Emprego, e nomeadamente um parceiro importantíssimo com meios ao dispor que a Câmara, efectivamente, não tem, que é a Segurança Social. -----

Em relação às críticas que são tecidas, no que diz respeito ao Orçamento, e no que diz respeito à criação de emprego, é evidente que a competência para a criação de emprego, é uma competência da Administração Central. Mas, quando se vê como grande opção para o próximo ano da Câmara Municipal de Valongo a construção da Via Estruturante da Zona Industrial de Campo. Quando se vê nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente, para o próximo ano, por parte da Câmara Municipal de Valongo, a construção da nova Via Estruturante para a Zona Industrial de Campo, eu creio que não é negável, que constitui um esforço e um investimento fundamental para a criação de emprego, e para a instalação de novas empresas no concelho de Valongo. -----

É evidente que no âmbito da Rede Social, e dentro dos problemas de emprego que foram diagnosticados no concelho de Valongo, cabe, nomeadamente, ao Instituto do Emprego e Formação Profissional tomar as medidas tendentes à resolução, ou à atenuação, da questão do desemprego. -----

Também gostava de referir que, no que diz respeito ao Orçamento, estão previstas transferências financeiras para instituições sem fins lucrativos, isto no âmbito do DEASD, Departamento de Educação Acção Social e Desporto, também estão

previstas essas verbas. -----

Portanto, no que diz respeito à acção social, e sabendo a grave crise financeira, e consequente crise económica, que o nosso país atravessa, a Câmara Municipal de Valongo, como é lógico, não se vai furtar às suas responsabilidades e faz da acção social um dos eixos fundamentais de intervenção no concelho de Valongo. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**: Senhora Presidente, a coisa mais grave que pode acontecer a uma pessoa é quando perde a noção da decência, e aquilo que nós estamos aqui a fazer, aquilo que se está aqui a passar, é uma falta de decência, há pessoas que se prestam para tudo, sem limites, até agora o discurso, a música celestial, que estivemos a ouvir, quem ouviu, há uma quadra popular que diz assim: piroliteiro vaz pirolitos porque não dás coisa boa? E o piroliteiro responde, cada um dá o que pode. -----

É o que se está aqui a passar, cada um dá o que pode, e pode muito pouco. -----

A Senhora Presidente disse o Código do Procedimento Administrativo é, não prevê esta situação, mas também não precisa porque, o Regimento tem-na aqui consagrada, ninguém pediu explicações ao Senhor Presidente da Câmara, ou ao Senhor Vereador Miguel Santos, é nome de anjo e de arcanjo. -----

Senhora Presidente, ninguém pediu explicações à Câmara, nem a nenhum Vereador, não se percebe porque razão, depois de ter sido feita a votação se procedeu a mais discussão, algum Deputado pediu mais algum esclarecimento? Ninguém pediu, pediu nada, ela determinou que se ia proceder a nova discussão, a prolongar a discussão, mas ninguém pediu, ela não pediu nenhum, eu não ouvi ela pedir nenhuma explicação, não é requerimento, pode-se pedir verbal, eu não estou zangado com ninguém, quem devia estar zangada, quem está zangado convosco é a população de Valongo, os Senhores não viram como foram tratados nas eleições de nove de Maio, de nove de Outubro? Ganharam, aonde? -----

Mas, como eu ia a dizer, o processo de resolver esta situação está previsto no Regimento, no artigo 19º, número 6, diz que quando há um empate, a Presidente tem voto de qualidade, é para utiliza-lo, vote num sentido, vote noutro, ninguém lhe vai pedir contas. Agora o que é preciso é ter coragem para assumir essa posição, e é isso que a Senhora deve fazer, está empatado, quinze, quinze e uma abstenção, como diz aqui a abstenção não conta, são quinze votos, a Senhora decide, e não há que prolongar, recorrer a esta artimanha de estar a prolongar a discussão, quando não há discussão nenhuma, alguém ficou esclarecido com os esclarecimentos que foram prestados agora? Ninguém. -----

O Senhor **Vereador Paulo Miguel da Silva Santos**: Senhora Presidente em defesa da honra, pelas declarações que foram proferidas pelo Senhor Membro da Assembleia, que eu julgo que são gravíssimas, e que me dá o direito de responder. - Eu gostava só de dizer que lamento aquilo que se acabou de passar aqui, e julgo que as declarações que foram proferidas ficam com quem as fez, e bem revelam o seu carácter neste momento. -----

Quanto ao nome angelical Santos, eu tive o gosto de trabalhar muito de perto com uma familiar muito directa sua, que também se chama Santos, felizmente não tem a sua educação, é a sua filha. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira**: eu peço um bocadinho de paciência a todos, a Senhora Presidente, desta Assembleia, não precisa da minha solidariedade, precisa só que eu fale em voz alta para os Senhores Deputados do Partido Socialista, que têm razões de queixa relativamente à postura da Senhora

Presidente, e deviam-no fazer de forma edificante e não é isso que eu estou a ver, nomeadamente, pessoas que poderiam estar no lugar dela há uns dois meses atrás, estou-me a referir, concretamente, ao Dr. Casimiro Sousa, pessoa que estudou comigo na Faculdade de Economia, pessoa que respeito, e quero continuar a respeitar. Mas, neste momento, não aprovo a falta de serenidade, porque o próprio Engenheiro Diomar conteve-se, o Dr. Casimiro de Sousa dá ideia de um ressabiamento, e o que me parece que não é de todo aquilo que eu quero concluir, mas a postura do Dr. Casimiro de Sousa devia ser, dizer ao Partido Socialista, dignifiquemo-nos, dignificando a Assembleia, se fizerem críticas à Senhora Presidente, eles podem-nas fazer mas com uma postura de serenidade. Assim, é que são persuasivos, doutra maneira parece que ficam ressabiados, ora, o Partido Socialista, aqui e em qualquer parte deste país, não tem necessidade de chicana política, porquê? O impasse em que se caiu merece coragem democrática, e não uma falta de serenidade, por parte da Senhora Presidente. Eu estou à vontade por uma coisa, porque a Senhora Presidente a primeira coisa que fez, por exemplo, a esta Câmara, foi desempatar a favor de um não imposto, que foi criado, sei que ainda agora li no Susanense, Presidente da Assembleia desempatou logo os valonguenses não têm mais o imposto. Nós não temos, não teremos, porque eu conheço os Homens que constituem a minha bancada, qualquer remoque, qualquer falta de elegância, quanto mais falta de respeito como aqui foi visto para com a Senhora Presidente, ela toma as atitudes que tomar, aquilo que eu estou a ver são as intervenções isoladas, sonoras, em que o público de certeza que se estiver, também, connosco, a ter cada um a sua opinião, não acha que isto se decida aos trambolhões? Criou-se um impasse, a Senhora Presidente, viu que havia necessidade, no seu conceito, ou mesmo no conceito da Mesa, não sei, mas respeito, seja mais amplo ou menos amplo, e viu que havia necessidade de algumas considerações suplementares à discussão, porquê? Porque tinha sido criado o impasse, ora, a bancada do Partido Socialista sabe que isto não é favorável, nem à Senhora Presidente, nem a nós mesmos. Bom, então que é que queriam, que ela fosse aquele tipo de trauliteirismo, a partir do momento em que se empatou, não é o documento que está em causa, porque não é um documento qualquer, e a Senhora Presidente tem consciência disso, e independentemente da decisão que vier a ser tomada, eu só quero dizer à Senhora Presidente que não me revejo na falta de elegância, eu vou ficar só por aqui, na falta de respeito que foi aqui manifestada a este microfone e que ela nunca vai ouvir dos Deputados da Coligação PSD/CDS, e fomos adversários políticos até às últimas eleições, não vai haver este tipo de brincadeiras, porque estando investida no lugar de Presidente da Mesa merece o nosso respeito, podemos contestar os seus actos, mas podemos fazê-lo também com a educação e com a cerimónia com que ela, inclusivamente, depois de ser ofendida tratou esta Assembleia. O público aqui presente, e em nome do Grupo Parlamentar PSD/CDS, ao público aqui presente eu quero-lhe pedir desculpa por este bocadinho feio que aqui se passou. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar**: bem, efectivamente, nós tivemos aqui um leque interessante de intervenções. -----

Uma primeira intervenção que pôs em causa a democraticidade e a legalidade da eleição para a Mesa, depois alguém, já nos habituou com um discurso para embalar, aqui, e que diz que alguém que não está à altura mas que depois que tem muita

consideração, mas isso são aquelas incoerências do costume às quais nós já estamos habituados. -----

Eu entendi que foi lançado aqui um desafio, aliás, eu não entendi, foi lançado aqui um desafio claramente pelo PS, que numa interpretação diz, a Senhora Presidente da Mesa tem que decidir, eu do que entendi da declaração da Senhora Presidente da Mesa, é que, efectivamente, eu pelo menos ainda não ouvi dizer que não vai decidir, não sei se alguém já ouviu, eu não ouvi, ouvi pedir à Câmara Municipal que desse mais esclarecimentos sobre o documento que estava a ser analisado. Eu não sei em que é que isso alarma alguém, e como tal, eu penso que era importante sobre tudo era permitir que os trabalhos continuem de uma forma normal, sem as ditas exaltações, e permitir que a Mesa conduza os trabalhos como o tem feito, no meu entendimento não há qualquer problema, a Mesa solicitou mais esclarecimentos, eu penso que um elemento da Assembleia por fazer parte da Mesa não é inibido dos seus direitos, e, portanto, a Senhora Presidente da Mesa tem toda a legitimidade para solicitar os esclarecimentos que entender, e foi isso que foi feito, nada mais. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**: acho que já estamos mais calmos, embora a exaltação, por vezes há motivos para exaltações, e não devemos ficar chateados. Quando alguém se exalta é porque tem motivos, às vezes as frases é que não são as mais apropriadas, quando a pessoa está exaltada já está numa situação que já não controla algumas palavras, mas sou, que a política também é um acto de convencimento, e deu-se mais algum tempo à Câmara para explicar, quanto a mim indevidamente. -----

Mas, aquilo que eu quero dizer, depois, também, tenho o direito agora de tentar convencer esta Assembleia, os Senhores Vereadores tentaram convencer esta Assembleia, eu também quero tentar convencer esta Assembleia daquilo que é o sentido de voto da CDU, quero aproveitar para vos convencer, aqueles que votaram a favor do Orçamento, se agora votam contra. -----

Aquilo que levou a CDU a votar contra este Orçamento, a definir o seu sentido de voto, está escrito naquilo que são as linhas programáticas desta coligação, que são a defesa dos desprotegidos, dos desempregados, dos trabalhadores, e foi perante este Diagnóstico Social do Concelho, em que nos foi presente, em que a gente viu que este Concelho tem muitas dificuldades, e que este Orçamento não se vira para sanar estas dificuldades, foi por isto, por esta causa, que é a causa da CDU e do Partido Comunista, por esta causa é que nós definimos este sentido de voto, por isso obrigado por me dar mais um bocadinho deste tempo para vos convencer a reprovar este Orçamento. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira Azevedo**: eu não quero-lhe faltar ao respeito, nem um momento, mas permita-me que lhe faça algumas perguntas. -----

Quando vem para esta Assembleia, vem com a ideia de que vai ter que votar, qualquer documento, qualquer proposta, qualquer Moção, se vem convencida, ou se não está, se vem convencida que tem que votar, e se porventura necessita de esclarecimentos, é nesta Assembleia, é no momento da discussão dos documentos que deve pedir os esclarecimentos que lhe são necessários para tomar a sua atitude, tomar a sua posição na sua votação. -----

É nas mãos da Senhora Presidente que está o momento exacto de terminar o ponto da discussão, de qualquer documento, quando o passa à votação, o que me

pressupõe que a Senhora Presidente já está esclarecida de tudo, e se não estivesse tinha antes de proceder à votação pedido esse esclarecimento, à Câmara. -----

Portanto, não entendo, continuo a não entender, que depois de se fazer uma votação a Senhora Presidente entenda que precisa, e só, não percebi que nenhum dos Senhores Deputados tivesse pedido mais esclarecimentos, porque, com certeza, é a partir do momento que a Senhora Presidente passou à votação, não autorizava e dizia que já tinha acabado a discussão, com certeza teria passado isto, como é que a Senhora Presidente depois da votação vem achar que são necessários mais esclarecimentos, para quem não os pediu, portanto, eu presumo que só eram para a Senhora Presidente? Não estava esclarecida e que devia ter no momento exacto, era discussão, de pedir esses esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Portanto, acho, vou repetir aquilo que já aqui ouvi, a Senhora Presidente só tinha uma posição a tomar, era de, no momento ter desempatado e usar o seu voto de qualidade. -----

Mas, eu quero fazer outra pergunta a Senhora Presidente, não tem a intenção de quando vem para estas Assembleias de prolongar as Assembleias, pois não? É que Senhora Presidente, vai-me desculpar, suponho que a hora que vai coincidir com a da Senhora, esta Assembleia começou à oito e meia, vinte e trinta da noite, o regimento diz que são três horas, já passou a hora, não quer prolongar isto para novo dia, pois não? Não digam depois que a responsabilidade é do Grupo Municipal do Partido Socialista, o prolongamento destas Assembleias. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**: Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu admito que tenha ficado exaltado, mas com fundadas razões. -----

A decisão que foi tomada não é de admitir em lado nenhum, não há nada previsto que se proceda da maneira que se procedeu, depois de se fazer a votação não há mais nada a fazer, é, a Senhora Presidente só tinha uma decisão a tomar, ou votar por um lado ou por outro. -----

Eu quando falei em nome de anjo, não era Santos, era Miguel, Miguel é que é nome de anjo. -----

Eu não faltei ao respeito à Senhora Presidente, porque quando disse que tinha que decidir por um lado ou por outro não fiz mais comentário nenhum. -----

Eu compreendo que a Senhora que esteja um bocado enalacrada nesta posição, porque se eu estivesse aí numa situação destas, eu também talvez ficasse, porque não é fácil decidir, agora o que é preciso é decidir, e depois de decidir, com certeza, que vamos todos embora e não há crítica nenhuma a fazer. -----

Portanto, o apelo que eu lhe faço, e que já foi feito, é que decida, para um lado ou para o outro. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: Senhora Presidente da Assembleia Municipal, já percebi que a Senhora Presidente quer esclarecimentos, perdoem-me, estou a falar para si, porque penso que é a pessoa que ainda não está totalmente esclarecida. -----

A Senhora Presidente está confrontada com uma grande decisão entre mãos, não temos a menor ilusão, mas há aqui uma questão que eu lhe quero alertar, de facto, esta Câmara, Senhora Presidente, não apresentou de forma cabal explicações para o documento que está aqui em discussão. Veja bem, nós continuamos a actuar, e eu sei que a Senhora Presidente é uma pessoa preocupada com estas questões, sem qualquer plano de actuação estratégica, ao contrário do que foi aqui dito por um dos

Senhores Vereadores, o documento, o Plano de Desenvolvimento Social 2005/2008, deve, naturalmente, ser articulado no âmbito do documento principal da Câmara. ---- Esta Câmara inscreve, unicamente, como despesas correntes as transferências para as instituições particulares, onde se insere as associações, muito estranho, porque isso é considerado a despesa má, eu não tenho essa visão, penso que essa muitas vezes é a despesa boa, vai ajudar a acção das associações e outras instituições. ---- E, fundamentalmente, aquilo que eu tentei passar à Senhora Presidente, uma Câmara que neste momento gasta tanto com o seu funcionamento interno, como aquele que investe em prol da comunidade, é uma Câmara que está numa situação muito complexa, eu percebo de facto a dificuldade da decisão, mas decida, e eu gostaria muito que a Senhora Presidente não aprovasse este documento, porque este documento é um mau documento. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Alfena, é o exemplo claro, fez uma declaração dizendo que era um mau documento, portanto, a Senhora Presidente tem a sua vida facilitada. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças:** é que continuámos a ver, Senhora Presidente, que aqueles que mais barulho fazem pelo respeito e pela tal democracia que já foi invocada aqui tantas vezes, são os mesmos que vêm aqui dizer à Senhora Presidente para votar contra. -----

Isto passou-se agora com o Senhor Deputado que me antecedeu, agora isto é que é grave, mais grave que o lapso que a Senhora Presidente possa ter, fruto talvez da sua pouca experiência, que nós Deputados devíamos ter a coragem de colaborar e ajudá-la a levar a bom porto esta missão, precisamente na defesa daqueles valores que já foram aqui invocados várias vezes, que é o interesse do nosso Concelho, e os interesses da nossa população, e é isso que eu não vejo, os que mais apregoam essa necessidades são aqueles que mais atropelos fazem a ela mesmo. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares:** garanto que não fazia a mínima intenção de voltar a falar, e tanto mais que toda gente está contra, e toda a gente aproveita para vir aqui falar, e muito, principalmente o Partido Socialista, que se manifestou de uma forma tão veemente contra a Senhora Presidente da Assembleia, e tem de facto usado e abusado da possibilidade que ela deu para se manifestar. -----

Quero, também, só dizer que se eu tivesse dito que o documento era mau, de certeza que estaria a votar contra, uma coisa que eu sou é sempre coerente e consequente, nem esses sorrisos que eu também considero deselegantes, já que estamos a falar de deselegância, nem esses sorrisos me tiram aquilo que eu estou a dizer. De facto, aquilo que eu disse, sei o que disse, sei que disse que entendia os condicionalismos, e sei que disse que em dois mil e seis haveria um Orçamento para dois mil e sete, foi isso que disse, nunca referi que era uma mau Orçamento. -----

E, já agora, também, o Presidente da Junta de Alfena não precisa de defensores, ele sabe o papel que tem que desempenhar, e aquilo que está aqui a fazer. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas:** colocou, novamente, à votação o ponto 2.3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara, para o ano 2006, sendo reprovado por maioria com dezasseis votos contra sendo catorze votos do Grupo Municipal do PS e dois votos do Grupo Municipal da CDU, e quinze votos a favor sendo catorze votos do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto de Deputado Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida colocou à apreciação do ponto 3 – Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: Senhora Presidente eu gostaria de, através da Senhora Presidente, questionar a Câmara sobre duas questões. ----- Nós estamos aqui a apreciar o relatório da actividade municipal, e no documento um, que é relativo ao relatório de actividade dos departamentos operativos, o que se passa é o seguinte: nós temos relativamente aos serviços culturais e de qualidade de vida, eu podia continuar por outros departamentos, mas temos, entre outras questões, coordenação das actividades do parque paleozóico, e do centro de interpretação ambiental da serra de Santa Justa e Pias, dinamização do centro de monitorização e interpretação ambiental e do centro de interpretação ambiental, coordenação de todas as actividades culturais, no Concelho, promoção, dinamização e apoio, etc., e isto acontece, regra geral, com quase todos os departamentos. -----

Ora bem, qual é o primeiro pedido que eu faço? Isto é manifestamente pouco, porque eu já tive oportunidade de comparar outros relatórios que o Presidente da Câmara faz chegar à Assembleia, bem sei que é uma opção, um modelo de relatório do Presidente da Câmara, mas isto não diz nada, não sabemos que actividades é que são feitas, porque aparece sistematicamente coordenação das actividades, era preciso, eu pedia, sinceramente, que esta Câmara, e esta Câmara tem pessoas suficientes, e bons quadros, que pudessem escarpelizar isto, até para fazermos um acompanhamento como deve de ser, porque, senão, como é que se pode fazer um acompanhamento se aparece sistematicamente coordenação das actividades disto daquilo, portanto esta é uma primeira questão. Aliás, era este modelo que acontecia no início, o Presidente da Câmara nos primeiros relatórios fazia chegar uma informação mais pormenorizada. -----

Depois outra questão que eu queria colocar à Câmara, através da Senhora Presidente, que é o seguinte: qual é, exactamente, eu pela análise do relatório financeiro chego à conclusão que a dívida actual, reportada a trinta de Novembro deste ano, do Município, são cinquenta e cinco milhões trezentos e trinta e dois mil novecentos e doze vírgula cinco euros, sendo que a dívida a médio e longo prazo será de quarenta milhões quatrocentos e quarenta e sete mil cento e quarenta e seis vírgula dois euros, e a de curto prazo catorze milhões oitocentos e oitenta e cinco setecentos e sessenta e seis vírgula três, eu queria perguntar à Câmara, através da Senhora Presidente, se estes valores estão correctos? Ou melhor qual é exactamente a dívida a trinta de Novembro, da Câmara, decomposta na componente de médio e longo prazo, e na de curto prazo, ou me confirmam estes números, ou então que me dêem números, porque, de facto, pela redacção, a Senhora Presidente tem aí o documento, se ler o quinto, sexto parágrafo do relatório financeiro, pode ficar com algumas dúvidas, portanto, era só para ficar devidamente esclarecido. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**: eu também partilho de algumas opiniões do Senhor José Manuel Ribeiro, embora noutro sentido. -----

O problema não está no que está aqui escrito neste documento, o problema foi que a lei obriga aos Presidentes de Junta, aos Presidentes de Câmara, a elaborar este documento, isto é uma dificuldade, isto faz-me lembrar aqueles relatórios da higiene e segurança, a gente começa a ver aqueles relatórios ao fim do ano e lá aparece

umas luvas de protecção química essa uma coisa. Quanto a mim o errado está, eu acho que o errado está na apresentação deste documentos, poucas pessoas ligam a isto mas obriga a vereação, o Presidente da Câmara ou Presidente da Junta, a fazer um esforço e elencar aqui algumas actividades que, eu não estou muito de acordo que, a lei diz assim, mas está mal. Aproveitando já agora o que está aqui eu tinha uma pergunta concreta a fazer ao Senhor Presidente da Câmara, até porque fiz parte de uma Comissão para a construção de uma nova escola em Ermesinde, e aquilo que o Director da DREN dizia sempre, as dificuldades que a DREN encontrava, era a falta de uma carta, da elaboração de uma carta educativa para o Concelho. A pergunta, muito concreta, que eu fazia ao Senhor Presidente da Câmara, em que situação está a elaboração desta carta educativa, está pronta, está meia pronta, quando é que vai estar pronta? -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**: ora bem, Senhor Deputado, eu fazia realmente uns relatórios mais completos, mas o Líder da bancada do Partido Socialista, no mandato passado, é que disse que não valia a pena, que na realidade um resumo só seria suficiente, foi o Senhor Ventura de Almeida que levantou essa questão. Portanto, eu passei a fazer um resumo, exactamente, mas não me custa nada voltar, se é vontade dos Senhores, voltar a fazer o relatório que fazia antigamente, não tenho qualquer problema. -----

A outra questão, em relação à carta educativa, queria-lhe dizer que a carta educativa, foi estabelecido que o Governo iria ajudar a fazer a carta educativa, inclusive contribuindo com dinheiro, depois disse que não, disse que não havia, e nós estamos a fazer, nós estamos a fazer a carta educativa, mas claro com muito mais dificuldade, e estão todas as Câmaras nessa situação porque, portanto, os fundos que tinham sido prometidos não vieram, nem vêm, disseram que não há fundos para as cartas educativas, portanto isto demora algum tempo mais. -----

O Senhor **Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós**: eu tenho aqui o ponto da situação de vinte e oito do doze de dois mil e cinco, do endividamento a curto prazo, e relativamente ao outro endividamento, a dívida a médio e longo prazo, eu gostava de lhe fornecer os números logo que possível, amanhã ou depois, porque quero ter a certeza, presumo que estão certos os que estão aqui referidos no relatório financeiro, mas gostava de lhos certificar e depois fornecer. -----

A dívida titulada está em quinze mil trezentos e cinquenta e um setecentos e quarenta e sete virgula cinquenta e quatro, depois comprometida, que ainda não está facturada, totaliza oito milhões seiscentos e trinta e quatro seiscentos e trinta e seis cinquenta e quatro, e a dívida global dá vinte e três milhões novecentos e oitenta e seis mil trezentos e oitenta e quatro virgula zero oito. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: deu a palavra ao público. -----

O **Munícipe Senhor António Moreira Vieira**: o que me traz aqui é o seguinte: na zona, dali, do Padrão, portanto, no centro da cidade de Valongo, na zona do Padrão, a quarenta metros mais ou menos do Padrão, existe uma quinta que está abandonada, chamada Quinta do Castro, aquilo, os muros ruíram, a entrada faz-se de qualquer maneira porque não há lá nada que proteja. Para azar nosso, moradores dali, agora fizeram daquilo uma entulheira, tudo vai lá descarregar entulho, começou por ser os serviços dos SMAES, ou os serviços das Águas de Valongo, quando eu, pessoalmente, perguntei ao motorista de quem era aquele lixo,

aquele entulho, ele disse-me isto é das Águas de Valongo, e a Câmara, o Senhor Presidente da Câmara, tem conhecimento que nós estamos aqui a descarregar isto, ora, ele disse-me, porque isto é um estaleiro, mal do homem, é que eu trabalhei quase quarenta anos em estaleiros e sei o que é um estaleiro. O estaleiro não é uma entulheira, um estaleiro é onde se colocam de facto as máquinas, onde se colocam os homens a fazer o trabalho, o pré fabrico, das coisas que se vão montar, ali descarrega-se entulho, e aqui, pelo menos em Portugal, e em português, onde se descarrega entulho chama-se uma entulheira, não um estaleiro. -----

Eu fiz um apelo, e faço daqui o apelo, aquilo é no centro da cidade de Valongo, cidade que tem sido mal tratada há doze anos por esta Excelentíssima Câmara, e por este Excelentíssimo Senhor Presidente, estamos fartos de ser maltratados. -----

E agora pergunto assim: porque será, se vão dizer que aquilo é privado, eu devo-lhe dizer que há disposições, regulamentos, e o regulamento aqui de recolha de lixo e limpeza, aqui da Câmara de Valongo, no capítulo décimo diz: salubridade e limpeza, os proprietários ou detentores de terrenos não edificados de logradouro, ou de prédios não habitados devem manter os mesmos em condições de salubridade, sem resíduos, sem espécies vegetais, que proporcionem condições de insalubridade, ou risco de incêndio, ou qualquer outro factor prejudicial para a saúde humana, ou para o meio ambiente. Eu devo dizer que neste Verão passado houve lá um incêndio que pôs em risco uma série de casas, porque, ainda hoje lá continua, mas agora chove, os silvados são enormes, são mais altos que a altura de um homem, agora já não há erva porque, já não há lá aquelas ervas grandes, porque estamos no inverno, no verão houve lá de facto um incêndio que pôs em causa algumas casas, nem por isso a Excelentíssima Câmara tomou, tal e qual como aqui diz no regulamento, que compete à Câmara se o proprietário não o fizer a fazê-lo, metendo depois a conta ao proprietário, não foi nada feito, no entanto esteve em causa casas de habitação. Ali há crianças que andam ali, há crianças que saltam aquilo com facilidade, porque aquilo não está vedado, não tem muros, entrada aberta, entra quem quiser, além dos entulhos que lá foram postos pelos serviços das Águas de Valongo, agora também os outros particulares se entendem no direito de lá pôr entulho, se os outros põem porque é que eles não põem também, portanto aquilo é uma autêntica entulheira. Eu peço aos Senhores Deputados passem por lá, principalmente aos Senhores Deputados de Valongo, aqueles que amam Valongo, ou será que já não amam Valongo, vejam o que está ali no centro da sua freguesia, no centro da sua cidade, e vão lá ver aquilo, este era um ponto que eu queria frisar. -----

Outro ponto que eu queria frisar, eu vi abater aqui duas árvores, na Rua José Seabra, duas árvores que têm dezenas de anos, se calhar uma centena, não sei, mas desde que me conheço sempre conheci ali aquelas árvores, elas foram abatidas, porquê? Para arranjar mais dois lugares para os paquímetros? Ou será que de facto estavam a estorvar ao Senhor Rei das Meias? Que parece-me que era isso. Parece que lhe sombreava o estabelecimento, aquelas árvores tinham dezenas de anos, o Rei das Meias tem meia dúzia de anos, aquelas árvores, e outras árvores, que já foram retiradas a Valongo, como na Praça Machado dos Santos, no Largo do Centenário, e noutros sítios, essas árvores eram património de Valongo, essas árvores são da nossa freguesia, e nós muito gostava-mos delas, de as cá ter, é porque nós agora, de facto, não temos nada para dizer aos nossos netos, o que era Valongo, tiraram-lhe aquela bomba dali do Largo do Centenário, era uma referência de Valongo, retiraram a outra bomba lá em baixo, tudo o que eram

referências de Valongo antigo, que era a referência dos nossos vindouros, acabaram, e tudo nos últimos doze anos. -----

O **Município Senhor Manuel Alfredo Francês Rodrigues Aresta**: eu queria apenas comentar ao executivo da Câmara, que tomei conhecimento da realização desta Assembleia Municipal por meios que podem parecer alternativos, ou seja, através da Internet, não exactamente através da página Web da Câmara Municipal de Valongo, que tanto quanto tenho vindo a constatar não comunica através da sua página Web a realização das Assembleias Municipais, não sei se existem outros meios oficiais, a que o executivo esteja obrigado a utilizar, para dar conhecimento da realização das Assembleias aos cidadãos, obviamente, que nem todos os cidadãos estão em contacto com os Vereadores que elegeram, uma grande maioria não está, e seria da maior utilidade que a Câmara publicasse o calendário, nem que seja provisório, da realização das Assembleias Municipais. -----

Outra questão, que me ocorre, e que gostaria de colocar, é se a Câmara pensa, se o executivo pensa, proceder ao levantamento a curto prazo do número e quantidade de obras de construção civil que estão, neste momento, em estado de abandono, e que medidas pensa tomar para solucionar essa situação, Valongo está a tornar-se num caso exemplar de feísmo urbanístico, e esse feísmo urbanístico deve-se, não só ao crescimento desordenado, como também à quantidade de obras que foram deixadas a medias, foram deixadas sem qualquer tipo de preocupação de arranjo ambiental, e que realmente não contribuem em nada para tornar esta terra agradável para viver. -----

Por último, e já que falamos de construção, há um caso, lesa o património nesta Vila que me parece absolutamente exemplar, parece trágico, o único edifício classificado como património nacional desta vila, está, neste momento, num estado de abandono que ameaça a ruína, concretamente, a casa de São Miguel Arcanjo, que fica na Rua do Padrão, não sei se a casa está nas mãos de particulares, se a casa está sobre a tutela do Executivo Português do Património, o que é certo, que seria da maior urgência, que a Câmara tenta-se, pelo menos desenvolver através de qualquer meios os mecanismos necessários para proceder à preservação do imóvel, porque realmente se trata de uma peça única do património português. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: só prestar um esclarecimento, segundo o regulamento as sessões da Assembleia Municipal são realizadas em Edital, neste momento estamos a pensar, já estamos a tratar de haver outro tipo de informação, inclusive, na Internet. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**: eu queria dizer que a maioria da população do concelho de Valongo não tem a opinião deste Senhor, e manifestou-o, claramente, nas últimas eleições, mas cada um tem as opiniões que entende, e eu respeito-as. -----

Quanto ao que se passa na Quinta do Castro, não sei onde é que é a quinta do Castro, portanto, estou, perfeitamente, não sei onde é, não sei o que é que lá se passa, mas vou mandar examinar, e se me quiser ajudar, porque o Senhor tem passado a vida a intervir, se calhar daria mais resultado se me dissesse onde é, se me dissesse o que lá se passa, pelo menos era útil aos residentes neste concelho. -- Em relação ao outro problema que o Senhor me pôs, sobre o Rei das Meias, não sei, também, quem é o Senhor Rei das Meias, as árvores foram para favorecer o Senhor Rei das Meias que eu não conheço, as árvores foram abatidas, foi o sector

dos jardins. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte**: acho que é importante, realmente, esclarecer esta questão das árvores, porque eu também não conheço o Senhor Rei das Meias, portanto, sobre essa matéria eu não lhe podia responder, agora posso-lhe responder é em termos de árvores, mesmo, e as árvores foram abatidas porque havia um relatório técnico, dos técnicos da Câmara, ligados ao sector de jardins, que dizia que havia árvores que estavam doentes, corriam o perigo que com o inverno a aproximar-se, com o vento e com a chuva, que presumivelmente iria acontecer dentro de breve, seria mais seguro proceder ao abate dessas árvores do que mantê-las. -----

De qualquer das formas, nessa altura, eu a pedido do Senhor Presidente da Junta, da Junta de Freguesia de Valongo, tive o cuidado de lhe explicar o que se estava a passar, e também tive o cuidado de suspender qualquer abate de árvores, que já programado, e pedir um parecer técnico a uma entidade externa à Câmara sobre estas árvores, todas, do Largo do Centenário e desta rua, para que não surjam dúvidas que se tivermos que abater mais alguma árvore é porque, de facto, em termos de segurança é necessário abater árvores, porque nós não temos, não tenho nenhuma adversidade contra as árvores, portanto nós não abatemos árvores por qualquer razão, muito menos por aquela que o Senhor veio aqui transmitir. -----

Já agora em jeito de recado, se assim poderei dizer, acho que a intervenção dos munícipes não pode tecer comentários sobre o juízo de valor da actuação da Câmara, só pedir esclarecimentos, é isso que o regimento diz e não o contrário. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo**: essa questão das construções por acabar, há realmente algumas construções, e é muito complicado poder-se intervir, normalmente são coisas que estão dirimidas em Tribunal, portanto, ninguém pode mexer nem tocar enquanto essas situações não ficarem estabelecidas, normalmente, empresas que foram à falência. -----

A outra questão da casa não sei não estou a par mas vou mandar saber o que é que se passa com essa casa. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro**: eu não quero responder aos Munícipes, só que, queria lembrar aos Senhores Membros da Assembleia, nós somos cidadãos eleitos para um Órgão, portanto, não somos mais importantes que os cidadãos que não são eleitos, e eu fico chocado com a forma sobranceira como os Senhores Vereadores, e o Senhor Presidente da Câmara, se dirige aos Munícipes, é que são cidadãos não são mais importantes que os cidadãos, é lamentável. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**: colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2 e 2.3 da ordem de trabalhos sendo aprovado por unanimidade. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____